



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 23 - Nº 435 - DE 10 A 24 DE JUNHO DE 2012 - R\$ 3,00

**A crise atinge o Brasil.  
Responder com a luta  
em defesa do emprego e salário  
e com organização independente!**



**A greve nas federais se choca com a política privatista e de precarização do governo, em defesa do ensino público**



**Desocupação na Unifesp Guarulhos: 46 estudantes presos!  
Responder à ofensiva repressiva e privatista dos governos!**

**Bolívia: a nova situação política é expressão da crise capitalista mundial**

**Luta de massa na Espanha: ponta do iceberg em toda a Europa**

**Oposição revolucionária a Dilma**

# Não há dúvida de que a crise mundial arrasta o Brasil

Os indicadores de que a retração econômica é predominante se tornaram mais evidentes: crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre em relação ao anterior, excedente de estoque em importantes setores industriais, queda nos investimentos, redução no ritmo de endividamento da população, aumento da inadimplência de pessoas físicas, arrefecimento na euforia da construção civil, queda nas exportações, queda na abertura de postos de trabalho e volta das demissões na indústria. Agrega-se a esse quadro a brutal oscilação nos preços das ações na Bolsa de Valores, com indicação à desvalorização.

O apoio direto do governo ao setor automotivo e mais recentemente à Zona Franca de Manaus resultou da brusca queda das compras. Fato esse que aumentou o conflito protecionista. Tudo indica, portanto, que a meta de um PIB de 4,5% estimado pelo governo Dilma naufragou prematuramente.

Consumada a comprovação do exagerado otimismo governamental, do qual a burguesia não compartilhava, a questão agora é saber até que ponto pode chegar a contenção do crescimento. O jogo das estimativas permanece na ordem do dia. A ONU assinala um crescimento de 3%. Mas os cálculos mais consistentes indicam que se repetirá a taxa de 2,7% de 2011. Há estimativas mais assombrosas que admitem 2% para baixo.

As dificuldades da indústria têm chamado a atenção. É o setor que primeiramente se ressentiu das pressões recessivas da economia mundial. O Plano Brasil Maior do governo petista de apoio às multinacionais, na mesma linha determinada por Lula, ameniza temporariamente a queda nas vendas de carros e caminhões. O mesmo se pode dizer do auxílio às empresas que se utilizam da Zona Franca de Manaus.

A diretriz do governo, apoiada pela burocracia sindical, está em ganhar tempo com os subsídios fiscais e trabalhistas, evitando que as multinacionais comecem a demitir em massa e esperando que o capitalismo comece a superar a crise geral iniciada em 2007/2008. Em uma pesquisa recente, a Fundação Getúlio Vargas revelou que o desempenho da indústria, entre 2008 e 2011, foi de em média 2,6%, enquanto que o crescimento médio do PIB foi de 3,25%.

O ramo automotivo e equipamentos de transporte cresceram 10,4%, destacando-se perante os setores de material eletrônico, têxteis, máquinas e aparelhos elétricos, calçados, etc. que sofreram drástica queda. Os setores de bebidas, equipamentos hospitalares e ópticos também cresceram em taxas elevadas, acima dos 10,4% do setor automotivo. No entanto, as montadoras e autopeças foram o setor mais beneficiado pelas isenções fiscais e pelas facilidades do farto crediário.

A eclosão da crise nos Estados Unidos em novembro de 2008 pôs às claras a superprodução, que tão-somente se manifestou em primeiro plano na construção civil. Os mercados dos Estados Unidos, Europa ocidental e Japão se mostram esgotados perante a gigantesca capacidade de produção da indústria automotiva. Mas ainda continuaram promissores os da China, Brasil, Índia, etc. Na atualidade, o fato é que já não se têm como sustentar as vendas nesses países com o vigoroso impulso de antes.

No Brasil, o limite se impôs no momento em que o volume das dívidas da população passou a representar uma parcela considerável dos salários. Está aí por que uma das alas dos economistas considera que a via de empurrar para a frente o crescimento já não pode se concentrar no incentivo ao consumo via empréstimos. Os juros abaixando alimentarão um pouco mais os crediários, mas não na quantidade capaz de elevar a produção industrial. A saída seria o governo intervir como investidor, tirando as obras do PAC da inércia e lançando novos projetos de infraestrutura, etc.

O governo não adota imediatamente essa linha simplesmente porque está preso à monumental dívida interna. Uma válvula de escape é a de reduzir o superávit primário, constituído para pagar os credores da dívida pública, e aumentar o endividamento do Tesouro. Essa medida conta com a anuência das agências do imperialismo (FMI, Bird). Qualquer artifício que escure o mercado interno no Brasil, China, etc serve de alívio para as multinacionais e o capital financeiro. As consequências negativas para as semicolônias virão depois.

O princípio básico é o de descarregar a crise de superprodução e bancarrota do sistema financeiro internacional sobre as nações atrasadas e estas sobre as massas. Nas metrópoles, os assalariados estão comendo o pão que o diabo amassou. Os exemplos mais gritantes nos vêm da Grécia, Espanha, Portugal.

Em toda parte, os Estados estão sendo obrigados a intervir ostensivamente para manter em pé o capital financeiro, que se desmorona em consequência de sua avultada massa fictícia e parasitária. Pôde manter sua valorização por meios especulativos e jogar livremente criando novos “produtos” até o momento em que o choque entre as forças produtivas e a grande propriedade, apropriação privada e gigantesca concentração de capital se converteu em crise, em paralisia e desmoronamento. Em razão disso, os mecanismos da propulsão industrial, afetados pelo enorme excedente de valores, comparecem como a base da desintegração do conjunto da economia. No momento em que a indústria pesada, de bens duráveis e detentora de alta tecnologia é atingida, evidenciam-se as leis fundamentais de funcionamento do capitalismo e as contradições de fundo.

Não é a primeira crise que afeta o setor automotivo no último período. As soluções encontradas foram clássicas: redução dos salários, demissões e intensificação da produtividade. A retomada das contratações se deu com a volta do crescimento do conjunto da economia a partir de 2003. Nada indica, na presente situação, que haja uma reversão nas tendências recessivas mundiais no horizonte próximo.

Pelo visto, a débâcle na Europa continua sua marcha. E a China com muito custo não veio ao chão. A queda industrial, no Brasil, por sua vez, não foi ao fundo do poço. Os altos estoques no setor automotivo ainda não obrigaram os capitalistas a agirem com severidade contra os metalúrgicos. Por enquanto é melhor arrancar do governo subsídios e impor à direção cutista do sindicato metalúrgico do ABC um acordo de redução da jornada com redução dos salários e afastamento do trabalho

por meio do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT).

De qualquer maneira, a gravidade da crise de superprodução é visível. A burguesia vem preparando o governo e a burocracia sindical para o caso de ser necessário recorrer às demissões massivas.

A compreensão da crise e o acompanhamento de seu de-

envolvimento são decisivos para a luta da classe operária. O governo, os patrões e a burocracia sindical fazem o mesmo, mas para manter os explorados subordinados à política dos seus escravizadores. Ao contrário, a nossa tarefa é de rechaçar a conciliação de classes, defender os empregos com unhas e dentes e organizar o combate anticapitalista.

# Crise: os oprimidos têm de responder com luta e organização independente

## Os passos da crise

A crise capitalista que tem deprimido a Europa e estagnado os EUA começa a se manifestar no Brasil. O índice de crescimento da economia próximo a zero (0,2% no trimestre), expressando uma estagnação geral, não oculta dados ainda mais graves, como o retrocesso das vendas de automóveis em 15% num único mês. O setor automobilístico puxa a economia, neste caso, puxa para baixo. As férias coletivas e demissões começam a refletir o baque causado pelo freio econômico. Ao mesmo tempo, manifesta-se uma desvalorização do Real frente ao dólar, que tem sido repassada aos preços dos gêneros de primeira necessidade e impõem na prática uma desvalorização dos salários, pela perda do poder aquisitivo.

O governo Dilma buscou responder à crise com medidas semelhantes às aquelas tomadas quando a crise se iniciou em 2008: subsídios às multinacionais e bancos, ampliação de crédito, planos de obras estatais, campanhas pelo consumismo. Se em 2008 essas medidas de benefício ao grande capital permitiram atenuar os efeitos da crise e conseguir índices positivos de crescimento em 2010, hoje elas não projetam resultados semelhantes. Ao que tudo indica, o endividamento de parte da população capaz de realizar o consumismo está esgotado (estima-se que 27% dos salários estejam comprometidos com endividamento bancário).

O governo anunciou a isenção de IPI para automóveis e linha branca (eletrodomésticos etc.). Os preços dos carros foram rebaixados ao nível de 2007. Uma ampla campanha publicitária conduziu a um final de semana de compras. Mas nada que indique uma mudança de rumos da freada imposta à produção. O governo entregou mais de 4 bilhões de reais em isenção fiscal para as montadoras, justamente no momento em que se ergue uma greve de professores das universidades federais por um reajuste salarial parcial não pago relativo a 2010. Tira-se da educação para entregar às multinacionais.

Os bancos foram pressionados a baixarem os juros. O governo, através do Banco do Brasil, puxou a fila do barateamento relativo do crédito. Atendeu a uma das demandas do setor industrial e também reduziu a Selic. Os bancos reivindicaram compensação, que foi concedida com um confisco parcial dos rendimentos da poupança. Novamente, arranca-se dos assalariados em benefício do grande capital, pois a poupança é mantida pelos pequenos depósitos da maioria assalariada.

As previsões de crescimento vão sendo reduzidas a cada

semana. Se antes se falava em 4,5% de aumento do PIB em 2012, hoje os economistas burgueses já ficariam contentes com a repetição do pífio desempenho de 2011 (2,7%).

As tendências da crise econômica arrastam o Brasil para o furacão da crise mundial. Apesar da pequena participação do país no comércio internacional (cerca de 1%), e isso representar apenas 14% do PIB, as relações de interdependência com o capital financeiro internacional, o raquítico mercado interno (a maioria, em que pesem os programas de renda assistencialistas governamentais, ainda está próxima da miséria), impõem limites às pretensões desenvolvimentistas do ministério da fazenda.

Principalmente, as atitudes do governo frente à crise são expressão da submissão do país ao imperialismo. Tudo em política econômica é ditado pelas potências e seus bancos e organizações. O governo brasileiro segue as diretrizes traçadas de fora do país. Está aí a razão para se repetirem as medidas aplicadas em 2008 que, então, já repetiam o protecionismo aos bancos e multinacionais traçado nas potências.

Os efeitos da crise se manifestam com mais consistência. Diante deles, criam-se tendências de maior choque e disputa entre as frações burguesas ao redor dos rumos da política econômica e disputa de verbas e posições no interior do aparato estatal burguês. Essas tendências tendem a agravar a crise política, que pode dar um salto diante de resposta das massas às consequências da crise.

## Crise política se aprofunda

O governo Dilma, desde o início, não teve sossego diante das denúncias envolvendo seus ministros, algumas delas originadas na própria (assim chamada) base aliada. As recentes denúncias contra a empreiteira Delta e as ligações desta com os principais figurões dos partidos, através do bicheiro Cachoeira, multiplicaram os focos de choques.

As investigações mostraram que a empresa vencida todas as licitações de obras do PAC e da Copa através da propina a parlamentares. O bicheiro Cachoeira fazia as intermediações, tendo em vista que manejava um esquema de corrupção que controlava postos decisivos no governo e nos partidos, sejam eles oficialistas ou oposicionistas. As denúncias contra Demóstenes (DEM), Aécio e Perillo (PSDB), Cabral (PMDB) e petistas demonstraram que as quadrilhas controlam o aparato estatal.

Dessa forma, o processo sobre o mensalão petista, em mãos do ministro do Supremo Tribunal Federal Lewandowski, foi momentaneamente obscurecido pelo gigantesco manancial de denúncias que envolviam todos os partidos,

seus principais capos, e o maior plano de obras governamental.

Mas a possibilidade desse processo vir à tona em plena disputa eleitoral municipal está colocada. Cogita-se que os depoimentos serão feitos até agosto, e as decisões judiciais serão tomadas em setembro, às vésperas da ida às urnas. Uma condenação de 35 figurões do PT, entre eles alguns candidatos a capitais e cidades importantes, seria uma catástrofe para os planos de hegemonia da coligação PT/PMDB.

Nesse quadro, o crápula Gilmar Mendes, ex-presidente do STF e conhecida marionete do PSDB, denunciou o ex-presidente Lula por ter oferecido isentá-lo de responsabilidades na investigação dos negócios de Cachoeira (a chamada “blindagem”), em troca de um adiamento do processo do mensalão petista. E não importa se houve ou não a proposta, mas que a disputa política se dá nesses termos entre os principais partidos da ordem burguesa.

Há um receio de que o conjunto das denúncias leve a uma crise política que pode ser fermentada pela ação das massas em luta contra os confiscos da crise econômica. O criminoso governador do Rio, Sérgio Cabral, foi de antemão inocentado. As negociações estão a todo vapor, de forma a que a disputa se dê dentro do controle das instituições estatais manejadas pelas quadrilhas burguesas.

A questão do Código Florestal mostra como o governo está numa condição frágil diante das disputas. A votação da lei se deu sob a imposição da bancada ruralista. O novo código amplia substancialmente a possibilidade de exploração capitalista do ambiente. Houve uma ampla campanha de pressão para que Dilma vetasse o código depredador. O que levaria a um choque com os ruralistas. Dilma se curvou diante dos coronéis porque precisa deles para votar cada medida governamental.

### **Os movimentos se levantam, apesar de tudo**

As greves e outros movimentos têm se levantado contra os ataques da burguesia e do governo. A construção civil registra greves operárias uma seguida da outra. Trabalhadores do transporte público fizeram greves simultâneas em várias capitais. Setores do funcionalismo (professores) lutam contra o arrocho salarial e a destruição da educação. Estudantes ocupam reitorias e fazem greves. Todos esses movimentos mantêm características comuns, que expressam as contradições presentes na atual situação e se projetam para o futuro.

O corporativismo das direções tem bloqueado a possibilidade de unificação. Muitas greves acontecem com pautas semelhantes, contra o mesmo patrão, ao mesmo tempo, e não se unificam. O caso dos transportes de São Paulo evidenciou isso. Os metroviários saíram em greve sem um chamado para a unificação com os demais setores do funcionalismo público, voltaram ao trabalho poucas horas depois (sob fortíssima pressão governamental, da imprensa etc.) e com isso não obtiveram um índice maior que o pretendido

pela política do PSDB para o Estado. Entre os ferroviários, um setor se juntou aos metroviários e se separou dos demais ferroviários das outras linhas. Nem no mesmo setor se deu a unidade que se colocava com força na situação.

O divisionismo das centrais bloqueou a ação unitária. As cisões das centrais não se circunscreveram ao nível mais geral de organização dos trabalhadores. Sindicatos foram criados em paralelo, para viabilizar o controle burocrático de setores. Essa divisão na base tem bloqueado a ação unitária e revelado as consequências negativas do divisionismo.

O que acontece nas universidades federais ilustra bem isso. Diante do colapso da educação superior federal, e do arrocho salarial imposto, criaram-se pressões pela greve contra a política privatista e destruidora da educação do governo do PT (Reuni). As direções divididas em sindicatos separados levaram a que não se colocasse em pé imediatamente um movimento unitário. O Andes-SN, ligado à CSP-Conlutas, convocou greve a partir de 17/05. O Proifes (CUT), quis dar mais prazo ao governo, e só ingressou no movimento quando ele já estava dado e ameaçava ultrapassar a direção. O sindicato dos servidores estendeu ainda mais o prazo ao governo, prometendo greve para 11 de junho. Numa conjuntura amplamente favorável a um movimento nacional de estudantes, professores e funcionários em defesa do ensino público, o divisionismo bloqueou essa perspectiva.

O governismo e a política conciliadora das direções impede a unidade na luta. Diante da crise, o governo protege os capitalistas e ataca as massas. As direções ligadas ao governo atuam para protegê-lo da ação das massas. A política das maiores centrais, puxadas pela CUT, é a de apostar no apoio a frações capitalistas, inclusive imperialistas, contra outras. Procuram convencer os operários de que devem se submeter a essa política traidora. As direções ligadas à chamada “oposição de esquerda” ao governo, minoritárias, não expressam uma política de enfrentamento geral e unitário contra os capitalistas e seu governo.

Há uma tendência geral que se manifesta em contradição com as colocadas acima: as consequências da crise que atingem as massas as empurram para a mobilização geral e contra o governo e a burguesia. As massas se mobilizam apesar das direções, que as contêm. Num momento de maior agravamento da crise, criam-se tendências das massas mais poderosas que os freios impostos pelas direções, que são arrastadas para o movimento ou mesmo ultrapassadas. É nessa tendência que a vanguarda revolucionária deve se apoiar.

Trata-se de impulsionar a ação independente das massas e seus próprios métodos de luta para que, a partir de suas necessidades mais imediatas, avancem no combate anticapitalista. A bandeira de oposição revolucionária a Dilma deve expressar, em cada situação, o combate ao governo burguês, suas medidas pró-imperialistas e a defesa da vida e trabalho dos oprimidos. Tudo isso se traduz na defesa do programa proletário, no impulso à organização independente das massas e construção do partido revolucionário.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Acordo Coletivo Especial: legalização das negociatas entre burocracia sindical e o patronato

A CUT, por meio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, lançou uma cartilha trazendo a proposta que foi encaminhada ao Congresso Nacional de “modernização das relações de trabalho”. Na apresentação, diz que foram três anos de discussões, que envolveram magistrados, empresários, advogados, economistas, parlamentares e ministros de Estado e direções de outras centrais sindicais. O projeto de lei tem como título “Acordo Coletivo Especial” (ACE). Conta, assim, com o apoio dos capitalistas e do governo. Trata-se de um conjunto de medidas que vêm sendo acordadas entre a burocracia sindical e o patronato, mas que precisam ser transformadas em leis para ter vigência nacional e evitar reclamações judiciais por parte dos trabalhadores.

A burocracia pretende convencer a classe capitalista de que agora os exploradores podem confiar nas direções sindicais. O Estado burguês tende a apoiar a legislando o que se pratica com os acordos de conciliação de classe. A defesa da conciliação de classes da burocracia contra a luta de classes defendida pelo marxismo não traz nada de novo. O que a direção da CUT e do Sindicato Metalúrgico do ABC fazem é traduzir a ideologia e as experiências da social democracia imperialista para o Brasil semicolonial. Porém, a retomada da crise estrutural do capitalismo se encarregará de colocar às claras que a tese da conciliação de classes não passa de traição às necessidades mais elementares do proletariado e da maioria oprimida.

Nesse número do Jornal Massas, mostraremos uma parte das falsificações dos burocratas sindicais, pois a Cartilha consta de vários itens. Ateremo-nos aos cinco primeiros.

## 1. “Resgate do otimismo”

A cartilha inicia com a caracterização do Brasil. Diz que o País assume “um novo lugar no mundo. Problemas como o desemprego crônico, a dívida externa ou a fome endêmica começam a ser enfrentados com mudanças positivas em todos os indicadores. Restam ainda desafios (...) Mas a rota foi encontrada (...) Retomada do crescimento, distribuição de renda, democracia, responsabilidade social (...) Perde força o velho lamento de que tudo vai mal”.

Esse documento que fundamenta o projeto de lei arquiteta um castelo de cartas para a economia brasileira e para a situação de vida dos explorados. Mas a falsificação é clara. O desemprego crônico não tem como ser eliminado, apenas houve uma redução conjuntural da taxa de desemprego e que no momento volta a crescer com a crise. Milhões de jovens continuam desempregados nos centros urbanos e o subemprego abarca outros milhões. A fome endêmica tem sido acobertada pelos programas assistencialistas, a exemplo do Bolsa Família. Por essa via, não se faz senão perpetuar a miséria. Na realidade, a única forma de acabar com a fome endêmica é garantir emprego a todos, implantar um salário mínimo vital e permitir o pleno acesso à saúde e a educação. Nada disso foi ou está sendo realizado pelos governos petistas. O que a burocracia pró-capitalista chama de distribuição de renda não passa de programas assistencialistas e de um reajuste miserável para um salário mínimo de fome.

Como se vê, não há materialidade para as explicações ideológicas da burocracia. O Brasil ocupa um lugar no mundo como

país capitalista semicolonial, submetido ao imperialismo. Os problemas que enfrentamos são oriundos da crise mundial do sistema econômico vigente, que acarreta o desemprego e a fome. A burocracia se apoia em um momento conjuntural de crescimento econômico e de ilusões políticas das massas em torno do governo Lula, que possibilitou reduzir momentaneamente o desemprego, para caracterizar um novo Brasil. Para isso, precisou esconder a crescente concentração de riquezas nas mãos de uma ultraminoria, o avanço da desnacionalização e os milhões que não têm acesso à saúde, educação.

## 2. “Democracia nas relações de trabalho”

O projeto de lei mistifica a democracia do capital. Afirma que “no Brasil e no mundo, demorou muito tempo para que essa convivência democrática começasse a penetrar a esfera das relações de trabalho (...) Como regra geral, ao longo dos séculos, as contradições entre patrões e empregados, empresas e sindicatos, pautaram-se pela disciplina hierárquica, postura autoritária, choques, antagonismo, greves prolongadas, repressão e até perda de vidas humanas. Diálogo? Só de mão única...”

Os burocratas querem fazer crer que com o governo petista se atingiu o auge da democracia e, que, por isso, também os capitalistas e operários passaram a conviver mais democraticamente. O que ocorreu é que o proletariado e demais explorados, carentes de uma direção revolucionária, depositaram confiança no governo de Lula. Essa confiança foi utilizada para manter a governabilidade em favor do grande capital, principalmente das multinacionais. O capital imperialista, que controla grande parte da economia, sentiu-se seguro e viu na disponibilidade da burocracia sindical de colaborar uma via para manter os assalariados subordinados às suas metas.

O fato é que vivemos na época do capitalismo, onde uma minoria detém os meios de produção (propriedade privada) e a maioria sobrevive da venda da força de trabalho. As contradições entre capital e trabalho só se agudizaram. Isso porque as forças produtivas (nas quais fazem parte a mão de obra) se chocam mais violentamente contra as relações de produção capitalistas, gerando crises mais agudas de superprodução. As “soluções” do capital são de quebra de parte das forças produtivas, materializada nas demissões e na redução da capacidade produtiva das empresas. Objetiva assim ajustar seus negócios para preservar a lucratividade. Há, sim, “diálogo” com a burocracia sindical para que controle a fúria dos explorados e aceite as imposições patronais. A violência patronal e do Estado são cada vez mais poderosas, como meio necessário para a manutenção do sistema econômico que se desagrega. Os trabalhadores têm recorrido às greves, muitas são longas, como a de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, da construção civil etc. Os empresários agem duramente para quebrá-las, recorrendo à repressão policial, as prisões, aos processos judiciais e até ao extermínio físico, como ocorreu com os operários da CSN. Essa é uma lei do capital, que só poderá ser eliminada com a destruição da causa geradora das contradições econômicas e sociais, que é o capitalismo.

## 3. “Nascem novas experiências”

O servilismo ao sindicalismo pró-imperialista se manifesta no ACE. Apregoa que *“nas democracias da Europa, começaram a nascer no século 20 relações mais avançadas de convivência e disputa entre trabalhadores e empresas, com base na negociação coletiva. Essa forma de resolver conflitos trabalhistas foi institucionalizada no Pós-Guerra nos Estados Unidos (...) Setores sindicais repudiavam essa prática como sendo de conciliação de classes (...) A prática provou que essas mudanças trouxeram robustos avanços salariais, fortalecendo a estabilidade e o ambiente produtivo das empresas”*.

De fato, nasceram e proliferam políticas de conciliação de classes entre a burocracia e os empresários. Os sindicatos e as Centrais da Europa, Estados Unidos etc. se acham controlados por camarilhas pró-capitalistas. Tornaram-se apêndices de governos e responsáveis pela destruição de direitos trabalhistas. As negociações coletivas de “responsabilidade social” são tramadas às costas do proletariado. O êxito de tamanha colaboração de classes só foi possível com a eliminação de conquistas históricas advindas da revolução proletária russa, ocorrida no início do século XX. A política estalinista dos partidos comunistas no mundo de aliança com frações da burguesia e de combate ao internacionalismo proletário sufocou a classe operária e potencializou a burocracia. É uma brutal fraude dizer que as tais negociações coletivas permitiram “robustos avanços salariais e estabilidade”. A classe operária, nos países imperialistas, que pôde desfrutar de melhorias nas condições de vida, hoje vive o terror do desemprego e da retirada de direitos. As greves gerais na Europa, desde 2008, sinalizam a tendência de ampliação do conflito entre capital e trabalho. Só não têm sido mais potentes devido a ação da burocracia sindical. O ACE reivindica o poder dos dirigentes sindicais brasileiros de “negociação coletiva”, sem choque com os donos da propriedade privada.

## 4. “Experiências positivas recentes”

As experiências são negativas para os explorados. O projeto de lei aponta o período pós-ditadura militar como sendo de “normalidade democrática” e de um “novo ciclo de relação entre capital e trabalho”. Diz assim *“À medida que autoridades e empresas deixaram de priorizar o recurso à polícia, aos tribunais e às demissões como forma rotineira de relação com os sindicatos, descobriram que a representação dos trabalhadores estava preparada para conversações e compromissos de nível muito elevado. E que esse novo diálogo podia abranger qualquer desafio do processo produtivo... tributários, ... modernização tecnológica e de todas as relações laborais, muito além da problemática salarial estrita... Empresários continuam a ser empresários, sindicalistas continuam a ser sindicalistas. Determinados antagonismos seguem sendo inconciliáveis. Mas todos concluem que existem áreas de convergência e acreditam na possibilidade de composição entre interesses distintos”*.

Os palavreados como “novo ciclo de relação entre capital e trabalho, novo diálogo, compromisso de nível elevado, áreas de convergência e composição de interesses distintos” não expressam absolutamente nada da classe operária. São ideias formuladas pelos agentes da burguesia. Os burocratas sindicais não criaram tais noções, apenas as assimilaram à sua prática de traição. As ideias e posições que nascem do proletariado têm raízes na exploração do trabalho, na pobreza e fome da maioria oprimida. Essas ideias constituem a consciência de classe dos explorados em contraposição à dos opressores. Elas guiam a luta de classes.

O governo e os empresários nunca deixaram de se socorrer da polícia, da justiça e das demissões. Não por acaso, o governo Lula criou a Força Nacional de Segurança para reprimir as greves e movimentos sociais. Os empresários utilizam, cada vez mais, a Justiça, para que esta decrete ilegalidade e abusividade das greves, para multar os sindicatos e punir os lutadores. Mal a greve desponta, as demissões continuam sendo armas poderosas do patronato para quebrar a disposição de luta dos operários.

A verdade é que nem no regime ditatorial, nem no regime de democracia burguesa, os capitalistas deixaram de ser violentos quando se trata de defender a propriedade privada e seus lucros. O que mudou de fato foi a conduta da maioria das direções sindicais, que se tornaram dóceis perante a exploração do trabalho e afeita ao diálogo com os inimigos de classe.

Diante da crise econômica, os burocratas ressuscitam as Câmaras Setoriais e as Mesas Tripartites. Mostram-se servis aos pleitos do patronato, a exemplo da redução de juros, subsídios a indústria nacional e outros da mesma natureza. Para os governos e empresários, de fato, são experiências positivas.

## 5. “Câmara Setorial”

A Câmara Setorial da Indústria Automotiva foi desastrosa para a classe operária, que arcou com demissões e rebaixamento salarial. No ACE, ela comparece como o primeiro marco da mudança da relação sindicato e patrões. Afirma que: *“Em 26 de março de 1992,...um acordo permitiu superar um cenário de pânico...Se as medidas tardassem um pouco, a oportunidade se perderia, tendo em vista a grave crise política que...levou Collor ao impeachment”*.

A primeira grande mudança não surgiu em 1992. Já no 3º CONCUR (setembro de 1988), houve as modificações estatutárias, que reduziram a participação da base, e a aprovação de “participação nos “espaços institucionais”, portanto, no interior dos organismos estatais. A primeira tentativa foi feita por Jair Meneghelli (presidente da CUT) de aceitar o chamado de Collor para um “Entendimento Nacional”. Só não se efetivou em função dos escândalos de corrupção que em pouco tempo levaram ao esgotamento do 1º presidente da República eleito pós-ditadura. No 4º CONCUR (setembro de 1991), novamente se aprovou a política de participação nos conselhos e fóruns de decisões governamentais. Em dezembro de 1991, a CUT estava com a Fiesp na “Vigília contra a Recessão”. Em 23 de março de 1992, foi assinado o acordo da Câmara Setorial Automotiva, de proteção aos empresários frente a crise econômica. Em julho de 1992, a CUT se filiou a CIOSL, integrando-se ao sindicalismo pró-imperialista. A crise se aprofundou, os governos lançaram planos econômicos de arrocho e miséria para as massas. O quadro de greves reduziu drasticamente e, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a direção cutista estava impotente para defender a greve dos petroleiros contra o Plano Real. O exército ocupou a Refinaria, a greve foi julgada abusiva e as multas foram violentas ao sindicato. Em agosto 1997, o 6º CONCUR não fez senão aprovar a linha que já estava consolidada da direção petista da Central, de tese única, de políticas voltadas “à cidadania”, dos fóruns tripartites etc. Como se vê, a década de 90 foi decisiva para a implantação da política de conciliação com o capital. O que se pretende, agora, é dar sequência ao que já é lei para os burocratas traidores.



**Rio Grande do Norte – 12º Congresso da CUT/RN**

# Um congresso apenas para disputa de chapas e conchavos de bastidores

O congresso ocorreu em Natal/RN entre os dias 30 de maio a 01 de junho. Participaram 168 entidades, entre federações e sindicatos. O seu único objetivo foi a da disputa pela direção estadual da CUT. Três dias foram gastos em inutilidade e distração. Os delegados de base não entenderam o que estavam fazendo naquela roda de burocratas interesseiros. No entanto, tratava-se de um congresso de uma Central que controla a maior parte dos sindicatos operários do País. O POR distribuiu sua tese, cuja diretriz é a de que a CUT rompa com o governo e com a política patronal desenvolvida pela Fiesp/CNI. Que se coloque a tarefa de enfrentar a crise capitalista, que já desaba sobre os explorados, com um programa de defesa dos empregos e salários. Sabíamos que seria pregar no deserto. Mas a luta pela independência política da classe operária perante a burguesia e seu Estado deve ser travada em toda a parte.

Dois temas se destacaram: o da juventude no contexto do mundo sindical e o da situação do homem e da mulher no campo. Poderiam pelo menos expressar a dura condição de opressão capitalista sobre a juventude e camponeses. Poderiam se valer das experiências das lutas no campo e na cidade. No entanto, se discutiram imbecilidades disseminadas pelo governo petista, como a de dar acesso aos jovens à informatização e à internet Banda Larga. Sobre o homem e a mulher camponeses, a estupidez atingiu altitude inimaginável. Aqueles que tomaram a palavra – palestrante e dirigente burocrata – disseram que como agricultores que foram entendiam que não se devia apenas lutar pela “cidadania”, mas também pela “florestania”. O lamentável nível de discussão reflete o brutal bloqueio que a classe operária vem sofrendo pela burocracia sindical comandada pela CUT desde os grandes centros urbanos e pelo PT completamente apodrecido na política burguesa.

Terminadas as seções de quinquilharias, os carreiristas se atracaram na disputa pelos cargos no aparato estadual da CUT. De um lado, a direção majoritária da Central representada pela Articulação; de outro, o Movimento PT encabeçado pela deputada federal Fátima Bezerra. Ambas frações estavam de olho nas finanças da CUT e da Federação dos Servidores Municipais (FETAM), controlada pela corrente que ostenta indevidamente o nome de Tendência Marxista (TM). Ninguém quis ouvir a apresentação de teses. O plenário contava com menos de 10% dos delegados. A maioria se reunia lá fora nego-

ciando a formação de chapas.

O ponto Balanço da CUT/RN foi suspenso. Encaminhou-se a votação da direção. As duas facções quase se agarraram em torno do critério se o voto deveria ser secreto ou aberto. Os defensores da eleição oculta lançaram a pérola de que o voto secreto é “um princípio natural e sagrado”. Quando se têm interesses escusos, a sem-vergonhice é manejada como um princípio altaneiro. Os defensores do voto aberto posaram de democráticos. Quando se tem interesses escusos, a democracia se torna uma máscara para a burocracia autoritária. Venceu a Articulação com 143 votos. A oposição teve 112. O POR se absteve e aproveitou a declaração de voto de 1 minuto para repudiar as disputas aparelhistas, em um Congresso onde não se discutiram respostas à repressão, ao desemprego, às demissões das fábricas têxteis, às lutas dos servidores públicos que estão em greve. Para o POR, a democracia é um instrumento para aprovar um plano de lutas contra a exploração patronal e a opressão política dos governos federal, estadual e municipal. A eleição da direção deveria ser consequência das diferenças programáticas, táticas e políticas. O que se viu nesse congresso foi uma disputa pelo manejo do aparato. As duas posições não se distinguem no essencial: expressam a política burguesa e governamental no interior da Central, dos sindicatos e do movimento dos explorados. O Congresso não tem presente nem mesmo uma réstia de luz do proletariado revolucionário.

Finalmente, a chapa 1 da oposição ficou com 106 votos e chapa 2, com 145. Mantendo assim a reeleição do presidente ligado a Fetarn.

A experiência com o Congresso burocrático não faz senão reforçar nossas convicções de que só derrubaremos as burocracias sindicais com amplo trabalho nas bases, pelas reivindicações dos trabalhadores, desempregados e juventude oprimida. Construir frações revolucionárias no movimento com um programa de luta e de independência perante a burguesia e os governos. É fundamental o desenvolvimento marxista no interior do proletariado de maneira a formar a direção revolucionária e elevar a consciência de classe dos explorados. Nosso dever com a classe operária começa com a defesa de suas reivindicações vitais e se desenvolve com a estratégia da revolução socialista. Eis por que estamos diante da tarefa histórica de construir o partido operário revolucionário, seção da IV Internacional.

## Questão das drogas – não ao embuste da esquerda

A organização LER-QI tem por bandeira “legalização das drogas para todos os tipos de uso”. Explica: “Os revolucionários temos que desfazer a confusão ideológica que coloca a burguesia, nós não caímos na armadilha que é o moralismo burguês, defendemos a legalização de todos os tipos de droga ou substância, para todos os tipos de usos, medicinal, científico e recreativo”. E conclui com um pseudo programa: “Não queremos legalizar o que já é legalizado, ou seja, o monopólio da droga pela burguesia. Queremos o controle da produção e distribuição da droga pela classe trabalhadora e o povo.” (...) “Dessa maneira a legalização

das drogas é fundamentalmente uma demanda democrática que deve assumir caráter transitório, pois necessariamente se liga com a necessidade da classe trabalhadora confiar em suas forças, expropriar os monopólios imperialistas, produzir sobre o controle operário, criar comitês de controle de preços, de distribuição, de auto-defesa; os estudantes devem colocar o conhecimento a serviço dos trabalhadores e junto a esses criar grupos de pesquisa independentes do governo e da burocracia universitária para estudar os efeitos, os usos, o desenvolvimento e a criação de drogas medicinais e recreativas para o povo.”

Esse angu de carço aparece no texto “Que o Estado não regule nossas vidas. Pela legalização das drogas!,” assinado por Bernardo Andrade. Em meio a voltas e volteios sobre a indústria das drogas legais e ilegais, o monopólio, as patentes, os interesses imperialistas, as proibições, a repressão, a opressão sobre os jovens, a pobreza, etc., extraímos as passagens de uma suposta posição marxista. No fundo do imbróglio, está a defesa das drogas para fins não medicinais. É o que a LER-QI chama de “uso recreativo”. O sofisma de Bernardo é rasteiro.

Diz o autor que não se deve cair no “moralismo burguês”. Está correto em assim proceder. O governo, igrejas e porta-vozes se valem do moralismo para justificar a proibição e a criminalização. No entanto, defender a legalização não é condição para se estar do lado oposto ao do moralismo. Há setores da burguesia, do imperialismo e dos governos que defendem a legalização. Aham que é melhor econômica e moralmente. E também não é condição para se opor ao moralismo burguês defender o uso das drogas, como faz a LER-QI.

O imbróglio prossegue com a idéia de que não se trata de exigir do governo, da burguesia e de seu Estado que legalizem as drogas. A “demanda democrática” da legalização tem por objetivo levar ao “controle da produção e distribuição da droga pela classe trabalhadora”. Está se defendendo como tarefa a continuidade da produção das drogas e não sua extinção.

Não por acaso, a LER-QI não se refere às drogas e os drogados como um flagelo do capitalismo. Se sua produção, distribuição e consumo ainda não foram incorporados às regras do mercado, poderão sê-los amanhã. Não se pode desconhecer que a sua proibição se torna cada vez mais incompatível com o volume de negócios é causa de profundas comoções sociopolíticas (narcotráfico, mortandade, prisões, corrupção institucional).

Temos de ser claros: sempre os marxistas lutam pela elevação das condições de existência e pelo aprimoramento mental dos seres humanos. Esse é um objetivo defendido no seio do capitalismo, que degrada e mutila as faculdades coletivas e individuais. E que o seu alcance se coloca como tarefa do socialismo. Os desajustes, degradação e compulsões sociais destrutivas impostas pela sociedade mercantil em toda e qualquer circunstância devem ser combatidos com o programa da revolução social.

Certamente, não se trata de idealizar uma humanidade pura ou purificada de todos os males. Nesse caso, se estaria no campo do moralismo burguês. Mas se trata de ter uma posição historicamente transformadora do homem que, sem dúvida, deixará para trás as gigantescas deformações criadas e alimentadas pelas sociedades de classe. A LER-QI, ao defender as drogas para fins “recreativos” e ao pretender que se legalize o seu comércio para tornar livre o seu consumo, coloca-se numa posição pequeno-burguesa anti-revolucionária. Provavelmente se vale dessa posição, em nome do socialismo, do fim das opressões, para construir sua organização em uma camada específica da classe média.

O artigo de Bernardo Andrade apregoa o livre uso das drogas em nome de Trotsky. A impostura não tem sustentação para convencer um leitor minimamente politizado. No entanto, precisa ser desmascarada.

Diz o militante da LER-QI: “Trotsky diz em seus Escritos Filosóficos. *‘Cultura é tudo o que foi criado, construído, apreendido, conquistado pelo homem, inclusive a própria história natural do homem como espécie animal’*, portanto as drogas fazem parte da cultura,

como expressão do desenvolvimento das forças produtivas e de domínio da natureza – adquirida pela humanidade até hoje.” Depois de colocar a consideração de Trotsky no leito dos lugares comuns, o redator completa com o mesmo Trotsky que na sociedade de classes “a cultura se converte no principal instrumento de opressão de classe.” Conclui: “Para construir o socialismo, a classe trabalhadora, por suas próprias mãos, terá de fazer uma seleção da cultura que é deixada pela burguesia e para isso é preciso conhecer essa cultura como meio de superá-la.”

Onde a LER-QI pretende chegar com a descoberta que as drogas são parte da cultura? Quer que a burguesia legalize a produção e comércio “de todas as drogas para todos os tipos de uso.” Quer que se deixe de distinguir as drogas para fins medicinais (legais) e para fins de consumo “recreativo” (ilegais). Que se libere o uso para quebrar o monopólio imperialista que tem na proibição a maximização dos lucros. Quer que se rompa com o “controle total de poucos monopólios burgueses sobre a técnica”. Assim se estaria permitindo à classe trabalhadora distinguir o uso benéfico das drogas como estimulante (não só medicinal) do uso nocivo e alienante. Toda essa patacada é manejada para defender o “uso recreativo” das drogas.

Tomemos o exemplo do alcoolismo na Rússia revolucionária. Eis a experiência relatada por Trotsky, no texto “A vodka, a igreja e o cinema”: “Dois fenômenos importantes imprimiram a sua marca no modo de vida operário: a jornada de oito horas e a proibição da vodka. A liquidação do monopólio da vodka, que a guerra exigia, precedeu a revolução. A guerra exigia meios tão avultados que o czarismo podia renunciar, como a um pecadilho, aos rendimentos que lhe advinham da venda de bebidas alcoólicas. Um bilhão de mais ou de menos, era diferença mínima. A revolução foi herdeira da liquidação do monopólio da vodka; sancionou o fato, fundando-se porém em considerações de princípio. É só depois da conquista do poder pela classe operária – poder construtor de uma economia nova – que a luta do governo contra o alcoolismo, luta ao mesmo tempo cultural, educativo e coercitiva adquire toda a significação histórica. Nesse sentido, a interdição da venda de álcool devido à guerra imperialista, de nenhum modo modifica o fato fundamental de que a liquidação do alcoolismo vem acrescentar-se ao inventário das conquistas da revolução. Desenvolver, reforçar, organizar, conduzir com êxito uma política anti-alcoólica no país do trabalho renascente – eis a nossa tarefa. E os nossos êxitos econômicos e culturais aumentarão paralelamente com a diminuição do número de ‘graus’. Nenhuma concessão é aqui possível.”

A posição acima transcrita foi formulada em 1923 e faz parte do livro “Questões do Modo de Vida”. Dois anos depois, Trotsky participou da terceira conferência sobre a proteção das mães e filhos. Uma de suas observações às teses apresentadas foi a de demonstrar os efeitos negativos do consumo de álcool na família camponesa e operária. Eis sua crítica: “Na atual situação, lutar pelas mães e filhos implica combater o alcoolismo. Infelizmente, não vejo aqui nenhuma tese sobre o alcoolismo. (...) Se dividimos o assunto do destino da mãe e da criança em várias questões, selecionando em particular o combate ao alcoolismo, nos daremos conta que a luta básica para alcançar maior estabilidade nas relações familiares consiste em elevar o nível da personalidade humana.”

Se Bernardo Andrade tivesse partido suas considerações da



experiência e da posição de princípio do marxismo sobre o alcoolismo, e não da óbvia descoberta que as drogas são parte da cultura, certamente não poderia fazer uma defesa do uso das drogas e de sua liberação. Busca o texto “Cultura e Socialismo” de Trotsky para dar ares de autoridade a uma posição anti-marxista e oculta aqueles que tratam diretamente da questão alicerçada na experiência e em “considerações de princípios”. (“A proteção da maternidade e a luta pela cultura”, dezembro de 1925)

O capitalismo é um regime social esgotado, decompõe-se e potencia a barbárie em todo o modo de vida. O agigantamento do mercado das drogas - com ele toda sorte de delinquência e violência - é um de seus sintomas dramáticos. Constituiu-se uma fração burguesa narcotraficante, partindo principalmente do maior mercado consumidor que se encontra nos Estados Unidos. É amplamente conhecida a interrelação do tráfico com as empresas e bancos. Não menos importante, são os negócios de grandes laboratórios, com a exploração de substâncias sintéticas. A produção e comércio mundial das drogas são de responsabilidade do grande capital e das metrópoles imperialistas.

Os países fornecedores de matérias primas, como a folha de coca, a papoula, etc., são incorporados pela força econômica desses mega mercados. Aqueles que têm melhores condições acabam desenvolvendo um mercado interno. Citemos de passagem o terrível drama vivido pelo México, fornecedor dos Estados Unidos, em primeira instância. A Bolívia e Colômbia, cujas nacionalidades índias se valeram do cultivo milenar da folha de coca, estão submetidos à política intervencionista norte-americana, como se fossem os responsáveis pelas drogas e pelo narcotráfico.

O Brasil tem se ressentido com a expansão do seu comércio. E a “guerra contra as drogas” impetrada pelo Estado, sob a orientação dos Estados Unidos, atinge tão somente os jovens de famílias pobres que são arrastados pelo narcotráfico e outros crimes, enquanto que a burguesia narcotraficante permanece ilesa. O mercado das drogas forma mais e mais consumidores da classe média, espalhando para camadas populares. Observamos que o alcoolismo é uma praga entre os pobres e oprimidos.

É nesse quadro de decomposição crescente que setores da burguesia discutem a legalização como uma saída para regular a proliferação e para amenizar o estado de violência social. Já se admite descriminalizar em alguma medida o uso, o que sinaliza a legalização futura da produção e distribuição. O que se pretende é reconhecer a impossibilidade de sufocar a produção de uma mercadoria que já alcançou uma circulação e acumulação de riqueza, para as quais se estima um movimento de mais de 500 bilhões de dólares anuais. Que impere, então, a lei do mercado! É o que pensam e defendem setores e porta-vozes da burguesia imperialista. Nos países semicoloniais, como o Brasil, não faltarão os papagaios. É o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que advoga a legalização.

Em hipótese alguma, os marxistas se colocam sob a política burguesa de repressão à produção, tráfico e uso de drogas. Mas também em hipótese alguma se colocam sob a bandeira burguesa de legalização e descriminalização. É fato que a burguesia fracassou em conter a produção mercantil das drogas. Legalizá-las será apenas reconhecê-la como mais um produto, sujeito às leis do mercado.

Ao contrário, a política do proletariado fundamenta-se na tarefa de suprimir as fontes de onde emanam toda a opressão

e toda a barbárie. Diante do flagelo das drogas, que consomem as energias e capacidade de parte da população, particularmente da juventude, da decomposição geral do capitalismo, há que se defender o programa da revolução proletária.

As massas juvenis são as mais vulneráveis ao vício e ao narcotráfico. A tarefa revolucionária é organizá-las a partir de suas necessidades vitais, como integrantes da luta do proletariado pela derrocada da classe capitalista. Vamos responder ao problema das drogas com as bandeiras que se chocam com o capitalismo putrefato. A cada situação concreta de opressão envolvendo o comércio e uso das drogas, o partido revolucionário responde com as reivindicações parciais, mas sempre condicionadas à luta pela supressão de suas causas, que se encontram nas relações capitalistas de produção e na dominação de classe.

## Caminho da descriminalização

Depois da última manifestação da Marcha da Maconha ( ), em fins de maio, uma comissão de juristas do Senado, que se dedica a rever o Código Penal, emitiu um parecer favorável à descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Essa posição já era conhecida. O que surpreendeu os “especialistas” no assunto foi o de se admitir o cultivo para consumo próprio, que certamente se refere à maconha. O consumo de drogas será assim proibido apenas em lugares públicos, no caso de se ostentar o seu uso, principalmente no entorno das escolas.

Os juristas acreditam que esse passo dará clareza à lei 11.343/2006, que prevê a distinção entre traficante e usuário. Ficará estipulado que o porte de droga para uso próprio não é crime. A comissão também proporá uma redução da pena para os traficantes.

O promotor da Infância e Juventude, Teles César de Oliveira, rejeita a descriminalização com o seguinte argumento: “Em São Paulo, o tráfico já é o primeiro crime cometido por adolescentes, e a tendência é só crescer. Se o Brasil libera o consumo, terá também de liberar a venda. Como vou permitir à pessoa usar, se não pode comprar.” O ex-presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes considera as novas medidas a serem aprovadas pelo Senado como expressão de uma tendência mundial e por isso um avanço. Já o psiquiatra e coordenador da Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas da UNIFESP, Ronaldo Laranjeira, se coloca contra. Considera que se descriminaliza o uso, “sem mexer no mercado de distribuição, vai facilitar ainda mais o consumo e fazer aumentar o número de usuários.”

Como se vê, trata-se de um impasse próprio do capitalismo em decomposição. A burguesia não tem como barrar o avanço da produção e consumo, embora tenha aplicado a força do Estado. Mas também teme a sua total liberação. Por sua vez, os interesses econômicos envolvidos tanto na proibição quanto na legalização são poderosos. O curso da barbárie está aberto e em pleno impulso.

Somente o proletariado pode apresentar uma via de solução: expropriar de conjunto o grande capital, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista e estabelecer um plano de desenvolvimento das forças produtivas voltadas às necessidades coletivas. Somente a ruptura revolucionária com a sociedade de classes poderá estabelecer um novo marco de elevação do modo de vida das massas, da cultura e da personalidade humana.

## **Londrina: “Marcha das vadias”, leva centenas às ruas, porém não avança na luta pela emancipação da mulher**

Tomando como referência o movimento pequeno burguês iniciado no Canadá, intitulado “Marcha das Vadias”, no Brasil em algumas cidades ocorreram manifestações expondo “o problema de gênero”. Em Londrina, o movimento iniciado por um grupo de estudantes universitárias, levou cerca de 500 pessoas no dia 2 de junho as ruas do centro da cidade. Porém, não defendeu que a luta pela liberdade da mulher é uma luta de classe contra o sistema capitalista.

A organização da Marcha, desde o início, limitou-se à luta contra o chamado ‘machismo’ colocando no homem a culpa de toda violência e servidão das mulheres, escondendo dessa forma que a origem de toda opressão é o sistema de classes. Além disso, o que em geral reivindicavam os dirigentes da manifestação era uma maior intervenção do estado burguês e a adoção das famigeradas “políticas públicas” como forma de resolver a opressão da mulher.

O PSTU que soltou um material deformando o marxismo, apresentando a defesa de que “no sistema em que vivemos a opressão se reflete também na divisão de nossa classe”, para concluir que a luta contra o “machismo” se dá dentro da própria classe trabalhadora, ou seja, enfatizando a divisão da sociedade por gêneros. Para adular o feminismo pequeno-burguês, assinam o seu manifesto como “um partido feminista, classista e socialista”.

Além das consignas equivocadas, os/as feministas também manifestaram sua intolerância e autoritarismo ao tentar impedir os partidos de levantar suas bandeiras ou de usarem camisetas de suas organizações durante a marcha. Ademais, o seu suposto “apartidarismo” foi hipócrita, pois, da marcha participaram conhecidos membros e até candidatos do PT, PSOL e, inclusive, representantes da Prefeitura/PDT.

O PSTU - que apoiou a marcha desde a perspectiva femi-

nista - apareceu com suas bandeiras no meio do movimento. A resposta a eles foi o rechaço com o grito de “oportunistas”, proferidos pela quase totalidade dos manifestantes. O POR se posicionou em defesa do direito das correntes aparecerem com suas bandeiras.

O material distribuído pelo POR reproduziu as resoluções da III Internacional, da época de Lênin, sobre a questão das mulheres. Defendemos que a verdadeira emancipação da mulher de sua dupla opressão - o capitalismo e a dependência familiar e doméstica, já incluindo aí as formas de violência vivida pelas mulheres trabalhadoras - só ocorrerá com a superação do capitalismo e que para isso a inserção das mulheres no Partido Revolucionário, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias, é fundamental.

O futuro do feminismo pequeno burguês é de se contentar com algumas formalidades jurídicas do Estado sobre a igualdade de direitos. No dia a dia, porém, a opressão permanecerá. As mulheres continuarão sujeitas ao patriarcalismo familiar, à dupla jornada de trabalho, às diferenças salariais e à tremenda despolitização. A emancipação da mulher do jugo patriarcal será produto da emancipação do proletariado e de toda sociedade do jugo do capitalismo. O simples fato da “Marcha das Vadias” – até o nome reflete a submissão humilhante do feminismo pequeno burguês – impedir que os partidos que se reivindicam do socialismo comparecessem com suas bandeiras indica sua subordinação à burguesia e sua ação antidemocrática. Sabemos que as correntes de esquerda, via de regra, são oportunistas e eleitoreiras. Não pestanejam em utilizar os movimentos. Mas é abominável impedir a sua manifestação por meios estranhos ao movimento de massa. Uma das condições da luta contra qualquer opressão é exercer a democracia dos oprimidos contra os opressores.

## **Rio+20: Mais uma teatralização do imperialismo e dos governos servis das semicolônias**

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – se realiza sob uma atmosfera de ceticismo. As notícias que envolvem o acontecimento são de que as potências não mostram interesse em superar os fracassos de conferências e convenções passadas. Por outro lado, a imensa maioria de países de economia atrasada também pouco podem fazer porque estão sob o controle das multinacionais e do capital financeiro. O balanço dos vinte anos que separam a Rio-92 da presente Conferência é de fracasso. As metas não foram cumpridas em quase sua totalidade. E as poucas que foram não alteram a marcha do capitalismo saqueador e predador.

Justo nesse momento, o Brasil que pela segunda vez sedia a Conferência está envolvido na revisão do Código Florestal, sob o comando dos latifundiários e do agronegócio. Evidentemente, não se trata de um grande predador, como são os Estados Unidos e seus congêneres imperialistas. Pelo contrário, a Rio-92 inaugurou as discussões sobre os desequilíbrios climáticos e

ambientais tendo em vista que o Brasil é um dos poucos países que ainda conserva densas florestas, caudalosos reservatórios aquíferos e diversificada fauna. Essa potencialidade natural desperta enorme interesse das potências. O imperialismo o vê tanto como modelo para conservação quanto para exploração predatória. Trata-se, no entanto, de uma aparente contradição.

O modelo de conservação propagandeado não passa de uma densa cobertura da marcha saqueadora do capitalismo mundial, dirigido por um punhado de nações que controla o capital financeiro, que estende a todo rincão suas multinacionais, que se apossa de grande parte das matérias primas e ostenta os maiores mercados consumidores. Não há nada que o Brasil possa fazer – o mesmo vale para todas as semicolônias - que não esteja condicionado pelas leis de funcionamento do capitalismo e pelos ditames do capital internacional.

Não há como planejar a economia e anular suas contradições, em cujas manifestações observamos a anarquia social

da produção. A necessidade de expansão contínua da produção e dos mercados impulsiona cegamente os capitalistas a potenciar seus negócios e incrementar seus lucros. É isso que explica a violação do Código Florestal, a impotência do Estado em aplicá-lo e a incapacidade do governo Dilma de evitar seu ajuste de acordo com as necessidades da agropecuária.

O sistema capitalista de exploração não se volta às necessidades da sociedade. A produção mercantil submete o homem à lei de acumulação de capital, que impõe o domínio do produto sobre o produtor. Os capitalistas investem seus capitais onde possam lucrar, não importando a relevância social do que é produzido, desconhecendo as consequências do saque da natureza, incentivando o desperdício e promovendo a devastação.

Nas discussões entre as tendências burguesas e pequeno-burguesas sobre até onde é possível tomar medidas de proteção ao meio ambiente e ao equilíbrio climático, não se pode reconhecer o caráter anárquico da produção mercantil e a impossibilidade de conter o saque da natureza com meios e métodos capitalistas. O saque é uma consequência do modo de produção, apropriação e distribuição capitalistas, que não tem como ser planejada e racionalizada.

A gigantesca exploração dos recursos naturais promovida pelas multinacionais e pelo capital financeiro mundial vem desencadeando uma série de fenômenos identificáveis nas mudanças do clima e no ecossistema. As emissões de gases que provocam o “efeito estufa”, que por sua vez se desdobra em secas e inundações além do esperado e termina atingindo a produção de alimentos. O desmatamento contribui decisivamente para o efeito estufa e para a rápida extinção de espécies, limitando a biodiversidade necessária para o equilíbrio da Terra. A mudança de temperatura dos oceanos constitui um perigo imprevisível e irreversível. Mas os problemas não páram aí. Os centros urbanos crescem desordenadamente. Com a concentração industrial e humana – a maioria de pobres e miseráveis –, explode todo tipo de deformações sociais e ambientais.

É dessa realidade que os cientistas, especialistas, políticos e governos levantam a tese do “desenvolvimento sustentável” e apresentam como resposta a denominada “economia verde”. Representantes da ONU, governos e porta-vozes propagandeiam que chegou o momento de adotar um “modelo” universal de economia que combine o crescimento com a conservação. Seria “sustentável” porque os agentes econômicos, ou seja, os capitalistas, passariam a seguir regras e medidas que racionalizariam a exploração dos recursos naturais. As áreas já desmatadas seriam melhor aproveitadas tecnologicamente, aumentando a sua produtividade, e as florestas seriam poupadas. Mudanças de uso das matrizes energéticas mitigariam a emissão do gás estufa. E por aí vai.

As Conferências, Cúpulas, Convenções, Agendas e Protocolos têm se multiplicado desde a década de 70. Estudos e mais estudos, controvérsias e mais controvérsias, desembocam na solução milagrosa da “economia verde”. Nome pomposo que serve para as agências do imperialismo ampliar a intervenção nos continentes e países de economia atrasada, que se caracterizam como agrários, por deterem fontes de matérias primas, conservarem vastas áreas inexploradas, manterem rica biodiversidade, etc. Esses agentes, entre eles uma multidão

de cientistas, economistas, administradores, etc., apresentam como ações reguladoras projetos de mudança tecnológica, reequilíbrio da exploração dos recursos naturais por meio de compensações financeiras entre as potências industriais e as semicolônias que ainda têm florestas, rios. O Banco Mundial está encarregado de atuar junto aos governos e à burguesia das semicolônias para que implementem a diretriz intervencionista das potências. Um caso exemplar é o da floresta amazônica que há muito se tornou motivo estratégico dos Estados Unidos, mas nos últimos tempos vêm expondo agressivamente seus interesses. A “economia verde”, portanto, pode ser definida como uma máscara ideológica para a ofensiva das potências sobre o globo terrestre.

A crise estrutural do capitalismo e os gigantescos desequilíbrios, que incluem as fontes de matérias primas e de energia, empurram as potências a recrudescerem a violação da autodeterminação dos povos. O capital financeiro e as multinacionais que atuam por cima das fronteiras nacionais se ressentem de obstáculos que ainda expressam traços de soberania territorial.

A avaliação de que as Convenções e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) não avançaram porque tem faltado uma “governança” internacional corresponde à estratégia de subordinar os Estados semicoloniais à política do imperialismo. Há que se combater e desmascarar expondo os reais interesses dos saqueadores do mundo.

Não poderíamos deixar de lado os opositores à “economia verde” que identificam corretamente o capitalismo como destruidor da natureza, responsável pela pobreza da maioria e opressor dos povos indígenas. E, no entanto, se colocam por uma alternativa de amenização e solução nas entranhas da sociedade de classes. Os reformistas se apoiam na posição de que é possível um modelo alternativo e acabam prostrados diante da propriedade privada dos meios de produção e da exploração capitalista do trabalho.

Como o capitalismo em sua etapa última de desenvolvimento – a etapa monopolista – não é reformável, os opositores da “economia verde” são obrigados a recorrer a abstrações, como “justiça ambiental”, “recursos ambientais como bens coletivos”, “acesso igual aos recursos ambientais”, “contra a discriminação sócio-territorial”, “direitos dos atingidos pelas mudanças climáticas”, “viver bem”, “soberania alimentar”, etc. Esses valores e exigências se assentam no objetivo de “mudança estrutural na produção e no consumo de energia”. É o tal do “modelo”. O que se pretende não é abolir a propriedade privada dos meios de produção por meio da revolução proletária, mas mudar de “modelo”. Ao invés de imperar o capital financeiro e as multinacionais, imperaria a pequena produção, ou seja, a pequena propriedade camponesa e a comunal indígena (povos originários). O “modelo capitalista de agricultura” se converteria no que chamam de “economia solidária”. A sua base social seria a de “trabalhadores autônomos” e de “produção coletiva”. Essa via permitiria a “convivência social”, a “harmonia” e a “complementaridade”.

O que dizem perante o capital financeiro? Apenas querem o fim de sua dominação sobre a economia e a política. Como? Extinguindo as “Instituições Multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e os bancos regionais, como o Interamericano de Desenvolvimento (BID)”. Quem vai extinguir-los?

A “Cúpula dos Povos”, a ONU, Barack Obama? Ou governos como o de Evo Morales, Hugo Chávez? Certamente imaginam criar muitos governos do socialismo do século XXI na América Latina como ponto de partida para mudança de modelo. Calam-se sobre o que fazer com as multinacionais. Acreditam que a burguesia poderá reorientá-las e adaptá-las a conviver com a economia solidária, a respeitar os pequenos produtores e servir ao um novo “modelo de produção e de consumo”. Vamos supor que a utopia da extinção do FMI, OMC, etc. se realizasse, o que aconteceria com o capital financeiro, os bancos e fundos de investimentos? Querem sua estatização?

Bem chega de perguntas irrespondíveis. Os argumentos dos reformistas são deveras pueris! Vamos apenas tomar um caso de governo que apregoa a cartilha do “Direito dos Povos e da Natureza”. Evo Morales concebeu com apoio dos camponeses a Constituição de um Estado Plurinacional. Em sua essência, está o reconhecimento burguês do direito burguês de propriedade. Por mais que se queira justificá-la com a proteção da pequena propriedade e da propriedade comunal indígena, mantém a Bolívia sujeita à grande propriedade, às multinacionais e ao grande capital, responsáveis históricos pela sangria dos seus recursos naturais e humanos. Conclusão: o governo solidário enfrenta a revolta dos indígenas de Malku Qhota e dos TPNIS. Justamente porque suas terras comunitárias estão ameaçadas pela voragem capitalista. O programa dos reformistas morre na soleira do grande capital.

Voltemos ao princípio: o sistema de produção capitalista é saqueador do homem e da natureza, não há como dotá-lo de um “modelo” de desenvolvimento racional, pacífico e cooperativo. Está esgotado historicamente. Todas as premissas materiais para sua destruição e substituição pelo socialismo estão dadas. O obstáculo fundamental se encontra na profunda regressão que a humanidade sofreu com o triunfo do capitalismo imperialista sobre as revoluções proletárias do século passado, começando pela desintegração da União das Repúblicas Soviéticas sob a política do estalinismo. A reintrodução do capitalismo na China mostra seu potencial destrutivo. São as dores do parto da história.

## **Aos trabalhadores e à juventude**

### **A greve nacional nas universidades federais se choca com a política privatista de Dilma**

# **Todo apoio ao movimento grevista**

A greve dos docentes das universidades federais é uma manifestação não só de defesa das condições de trabalho e ensino como também da educação pública. Trata-se de apoiá-la política e praticamente. Os trabalhadores e a juventude devem sair em sua defesa.

A vitória da greve que já abarca 48 universidades resultará no fortalecimento do ensino superior público, que se encontra sufocado pela expansão do sistema privado. O contrário também é verdadeiro. A sua derrota facilitará o avanço da política educacional mercantil.

Não se pode ter a menor dúvida de que o governo petista de Lula, que arquitetou o PROUNI e o REUNI, pendeu para os interesses dos capitalistas da educação e, portanto, para o avanço da mercantilização do ensino. As medidas de desen-

A tarefa consiste em retomar o ponto de partida construindo os partidos da revolução socialista em toda a parte. Temos a rica experiência da luta de classe do proletariado contra a burguesia e a doutrina do socialismo científico de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. É com esse acúmulo que os explorados e os povos oprimidos destruirão o poder da burguesia sobre os meios de produção e as faculdades humanas de criação. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social é o ponto de partida para reconciliar o homem com a natureza.

Eis a formulação precisa de Engels: *“A sociedade ao se apossar dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e se sobrepõe às condições animais de existência, para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cercam o homem e até agora o dominam colocam-se, a partir desse instante, sob seu domínio e seu comando e o homem, ao tornar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se, pela primeira vez, em senhor consciente e efetivo da natureza.”*

Começemos por: 1) Constituir uma frente única antiimperialista pela autodeterminação das nações e povos oprimidos; 2) Lutar por um programa de expropriação do grande capital, nacionalização das terras e estatização dos bancos; 3) Defender os pequenos produtores, as nações indígenas e a população ribeirinha contra a opressão do grande capital e de seus governos; 4) Trabalhar pela constituição de comitês agrários de luta contra os latifundiários e o poder da agroindústria; 5) Organizar a autodefesa das massas urbanas submetidas à miséria, às funestas condições de habitação, saúde e educação; 5) Estabelecer o objetivo histórico de derrubar o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês. 6) Constituir a aliança entre os pobres da cidade e do campo sobre a base do programa de reivindicações, das tarefas imediatas e dos objetivos socialistas.

volvimento do Ensino a Distância (EaD) são uma prova contundente de que o governo do PT assumiu plenamente a causa dos empresários, sedentos de lucros.

Estava evidente que o REUNI não passava de uma máscara que acobertava o fundamento privatista da política educacional lulista. Muita propaganda se fez sobre a expansão de vagas com a construção de novas universidades federais, ao mesmo tempo em que se subsidiava o ensino pago por meio do PROUNI.

Agora, depois de alguns anos, temos as antigas federais caindo aos pedaços e as novas semiconstruídas. Os salários dos docentes e funcionários são aviltantes; o número de alunos em sala de aula é uma aberração; a falta de estrutura pedagógica, uma calamidade.

É sobre essa realidade que se levantou o movimento que se projetou em greve geral – excetuando meia dúzia de universidades que ainda se acham controladas pela burocracia pró-governamental. Estamos diante de uma luta sem precedentes quanto a sua extensão nacional.

O governo Dilma esperava que os reitores e a burocracia acadêmica inviabilizassem a expansão do movimento. Não acreditou que o ANDES/SN pudesse pôr em pé a manifestação de descontentamento generalizado. Porém, já nos primeiros dias, a greve reuniu 33 unidades e, no momento, conta com 48, de um universo de 59 universidades federais. E já há unidades com greve aprovada a partir de 04/06. Tudo indica que, se o movimento continuar forte e intensificar a combatividade com manifestações de rua, poderá quebrar a resistência antigrevista da ultraminoria das universidades.

O ministro da Educação, Aloísio Mercadante, ex-sindicalista docente, assumiu uma posição de completa intransigência. Essa atitude autoritária tem um sentido: objetiva derrotar o movimento que se choca com a política econômica do governo Dilma, voltada aos interesses do grande capital e, particularmente, das multinacionais. Não por acaso, o governo decidiu contingenciar verbas sociais, entre elas as destinadas à educação. A crise econômica tem complicado a governabilidade do País. Não faltam argumentos da burguesia em favor da restrição orçamentária do Estado para sustentar os interesses do grande capital. Basta que observemos o conteúdo do plano “Brasil Maior”, dirigido a proteger a lucratividade das multinacionais.

O governo Dilma inaugurou o mandato com a meta de limitar as condições de existência do funcionalismo. Como então apresentar uma proposta aos grevistas sem ferir as decisões de contenção? Lembremos que o governo recebeu docemente o presidente do sindicato metalúrgico do ABC para anunciar medidas de apoio às montadoras, como se fossem em favor dos operários. Porém, diante da greve das federais, arreganha os dentes.

Ocorre que ainda no governo Lula foi apresentada a “reestruturação da carreira”, prometendo um plano de carreira promissor. O ANDES denuncia que, desde 2010, os ministérios encarregados de apresentarem uma proposta não têm feito senão manobrar e enrolar os professores. Descobriu-se também que na edição da lei 11.874 o governo deu um golpe, revogando a base legal de pagamento de 55% sobre o vencimento dos professores, relativos ao regime de trabalho de Dedicação Exclusiva (DE). Também se eliminaram as vantagens adicionais referentes à titulação. O golpe resultou em retirada de direitos.

O recente acordo entre governo e ANDES de 4% a título de correção salarial se mostrou uma mixaria. 4% já é ruim, mas incidindo sobre os direitos eliminados é um nada. Quando fizeram os cálculos, viram que os docentes contratados por dedicação exclusiva foram lesados em 55%. E os que tinham adicionais por titulação perderam essa vantagem. Como se vê, ao invés do governo melhorar os ganhos dos professores fez exatamente o oposto. Está aí por que resiste com dureza ao movimento grevista.

A primeira tentativa de quebrar a luta foi a de dividir as federais por meio da burocracia sindical petista, que se reúne no Proifes. Não obteve êxito, a greve iniciou forte e avançou

nacionalmente. Estava marcada uma negociação para 28/5. O ministério do Planejamento a suspendeu sem mais nem menos. A atitude política do governo assinala que não tem nada a oferecer aos grevistas. Podemos esperar uma ofensiva repressiva por parte da burocracia universitária adestrada e orientada pelo governo. A Justiça do Trabalho certamente será acionada para liquidar a greve. É o que tem acontecido com os inúmeros movimentos recentemente golpeados pela Lei antigreve.

A capacidade de reação governamental, no entanto, depende de como os grevistas e sua direção respondam à intransigência. Representantes do ANDES têm perambulado entre os parlamentares em busca de apoio. Procuraram também “sensibilizar” os reitores, que se organizam na Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os burocratas se mostraram simpáticos e compreensíveis quanto às reivindicações. Não há nada de mal fazer pressões. O problema está em confiar na possibilidade dos parlamentares e burocratas convencerem o governo a atender as exigências do movimento. Essa história de “sensibilizar deputados e senadores” é um mau sinal dado pela direção do movimento.

No 15º dia de greve, o ANDES convoca os professores a uma manifestação em Brasília. O que é muito bom. Porém, o objetivo é equivocados. Diz que a “expectativa agora é intensificar as ações de mobilização para pressionar o governo a abrir negociação com a categoria”. Entendemos que se trata de realizar uma manifestação política contra o governo privatista e sucateador do ensino público federal, que exija que o governo de Dilma/PT atenda imediatamente as reivindicações das federais.

É necessário despertar o entendimento dos grevistas de que a intransigência do governo é uma posição política e, por isso, tem de ser respondida com a luta política. Ou os grevistas se levantam com uma oposição revolucionária de ataque à política burguesa do governo de destruição da universidade, ou não teremos como vencer. Essa luta tem de ganhar o apoio dos estudantes e da população oprimida. Esse objetivo não será atingido pela via corporativista. Mas sim pela via da luta política de massa.

O governo abrirá negociação caso esteja diante de um movimento político que conteste sua diretriz por meio da unidade grevista e das mobilizações de rua. Não se trata de mendigar a abertura de negociação e sim obrigá-lo a ceder pela força da greve. A manifestação do dia 5 de junho será importante para dar coesão ao movimento. Por isso, deve ser dirigida diretamente contra o governo burguês de Dilma que se assenta em uma política educacional mercantil.

**Viva a greve das universidades federais!**

**Fortalecer a ação direta e a organização independente dos trabalhadores em luta!**

**Unificar em um só combate professores, funcionários e estudantes!**

**Que o governo atenda as reivindicações!**

**Em defesa do ensino público e gratuito. Fim da coexistência do sistema público com o privado. Estatização do sistema privado, sem indenização. Constituição de um sistema único, público, gratuito e científico, vinculado à produção social, sob o controle de quem trabalha e estuda!**

1 DE JUNHO DE 2012

**Governo Dilma do PT prende 46 estudantes que ocupavam a UNIFESP de Guarulhos**

## **Abaixo a repressão aos estudantes que lutam pelo ensino público e gratuito**

No dia 6 de junho, a Polícia Militar e a Polícia Federal cercaram a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Guarulhos, e prenderam 46 estudantes do comando de greve que ocupavam as suas dependências, cumprindo decisão da assembleia geral.

No dia 22 de março, foi decidida a greve pelos estudantes. Tornaram-se insuportáveis as precárias condições de estudo. E se impôs responder com luta aos processos judiciais contra 48 estudantes que ocuparam a reitoria no movimento de 2008, acusados de formar quadrilha.

Agora, nesses 76 dias de paralisação, os estudantes suportaram uma tremenda pressão do reitor, da burocracia universitária e de parte dos professores. A ocupação da sala da Diretoria Acadêmica do Campus e o desalojamento dos estudantes pela polícia no dia 5 de maio indicaram o agravamento do conflito. A inflexibilidade do reitor, Walter Manna Albertoni, em atender as reivindicações de melhoria da Unifesp e de pôr fim aos processos de 2008 obrigaram os estudantes a retomarem a ocupação, que acaba de concluir em prisões.

Estamos diante de uma ação repressiva do governo de Dilma Rousseff. Não por acaso a operação de reintegração de posse esteve a cargo da polícia federal, para onde os estudantes foram levados para serem indiciados como criminosos.

A medida de força do governo petista se dá em uma situação em que 49 universidades federais e vários institutos estão em greve há 20 dias. Os professores denunciam a situação calamitosa do regime de trabalho, salarial e de ensino. Exigem que o governo cumpra a promessa feita em 2010, pelo ex-presidente Lula, de dotar a categoria de um Plano de Carreira, que resulte em melhorias funcionais e salariais. É sintomático que a greve dos docentes tenha rompido o cerco da burocracia universitária pró-governamental e se proliferado por todo o País.

A Unifesp de Guarulhos se destacou por tomar a dianteira na luta em defesa de uma universidade pública e gratuita. Esta que foi montada pelo REUNI não passa de uma caricatura de universidade. Os estudantes não querem viver uma farsa como se fosse verdade.

No embate de 2008, a resposta do reitor resultou em 48 processos, que recaíram sobre a vanguarda combativa do movimento. O objetivo é expulsar as lideranças como se fossem delinquentes e quadrilheiros. O formato da repressão da Unifesp é o mesmo do aplicado aos estudantes da USP que ocuparam a reitoria. Nesse caso, a ordem de prendê-los, processá-los e expulsá-los veio do governo estadual do PSDB.

Nota-se que há uma ofensiva dos governos contra a insu-

bordinação dos estudantes perante a mão de ferro da burocracia universitária, que serve de correia de transmissão da política burguesa para o ensino superior. A essência dessa política se encontra na diretriz privatizante da universidade. Está aí por que com uma mão o governo de Lula brindou os empresários com o PROUNI e com a outra apresentou para uma camada da classe média pobre o REUNI como a porta de acesso à universidade pública. Os capitalistas da educação se valeram do PROUNI para preencher parte das vagas ociosas. E o REUNI não foi além de um esqueleto mal construído.

A política educacional do governo federal justificou e impulsionou as medidas privatizantes dos governos estaduais. É o que se vê meridianamente no estado de São Paulo.

O movimento estudantil que vem se reorganizando, a despeito das direções burocráticas e governistas que controlam a UNE, se choca com as diretrizes mercantis e desfralda a bandeira de defesa do ensino público e gratuito. A repressão aos lutadores da USP e da UNIFESP objetiva sufocar o movimento independente, que, partindo das reivindicações materiais e democráticas mais elementares, questiona o processo de destruição da educação pública. É preciso que se diga que as verdadeiras quadrilhas se encontram no Estado e no seio dos governos burgueses.

Os estudantes que protagonizam a greve e que se utilizam do método da ocupação para arrancar as reivindicações expressam o que há de mais sadio na sociedade. A Justiça que os processa como quadrilheiros deve ser repudiada pela população e, particularmente, pela juventude.

O silêncio e a covardia perante a destruição da universidade pública acobertam a obra destrutiva dos governos privatistas. Os estudantes que acatam a decisão da assembleia de ocupar a universidade e que não medem sacrifícios para que o movimento saia vitorioso encarnam as forças vivas e criadoras das massas oprimidas. Há que defendê-los contra a sanha repressiva dos governos.

Chamamos a população trabalhadora e a juventude a combater a repressão do Estado, exigindo o fim das prisões, dos processos judiciais e das expulsões, exigindo que os governos atendam as reivindicações dos grevistas.

**Abaixo a repressão dos governos do PT e PSDB!**

**Pelo atendimento das reivindicações!**

Em defesa de um sistema único de ensino, público, gratuito, científico, vinculado à produção social sob o controle de quem estuda e trabalha!

6 de junho de 2012

## **Unifesp/Guarulhos: Carta dos estudantes aos professores**

Estamos a mais de 70 dias sustentando uma dura luta em defesa da universidade. O governo federal e o reitor esperam nos derrotar pelo cansaço e pela repressão. Sistemáticamente, nos negaram a atender as reivindicações que são mais do que justas. Os estudantes grevistas que não temem perder o semestre letivo, embora a perda venha a nos prejudicar futuramente,

estão conscientes de que uma universidade completamente sem condições elementares de funcionamento não passa de uma caricatura de educação.

Esperávamos que os professores, que têm a responsabilidade de promover o conhecimento, reconhecessem imediatamente a causa de nossa paralisação, a apoiassem e se juntas-



sem coletivamente a ela. Isso não ocorreu nesses longos dias de manifestação estudantil.

Agora, estamos com uma greve quase que geral dos docentes nas universidades federais. Em toda parte, os estudantes se solidarizam com as reivindicações dos professores por reconhecerem que estão submetidos a uma condição de trabalho e a um regime salarial vergonhosos. Entendemos que as exigências dos professores ganham importância se o movimento grevista nacional se colocar claramente pela defesa do ensino público e gratuito, por uma universidade científica, vinculada à produção social e controlada por quem estuda e trabalha.

Tudo indica que nossos professores ainda não se deram conta que são parte do sistema público sucateado pela política privatista dos governantes e que têm o dever social de se contrapor à sua decadência.

Decidimos escrever essa carta porque nesses mais de 70 dias de greve não só não tivemos o apoio político de nossos professores como agora os temos como contrários a nossa ocupação das dependências da universidade.

A passividade dos professores nesses 70 dias constituiu um peso negativo para o nosso movimento. Agora, a ação concreta oposta à ocupação objetiva golpear nossas forças. Se vocês tivessem participado conosco nessa jornada de luta na defesa da universidade pública e gratuita - verdadeiramente aberta ao acesso aos trabalhadores - teriam entendido porque tivemos de lançar mão da ocupação, enfrentar a repressão do reitor e da polícia, carregar nas costas processos e correr o risco de sermos expulsos.

Não lançamos mão da ocupação como um ato impensado e

irresponsável. O que estamos fazendo é utilizar um dos recursos que os trabalhadores e a juventude têm para resistir à inflexibilidade do governo e da burocracia universitária em atender as reivindicações. Não somos acomodados, somos conscientes de que protagonizamos uma luta que vai além dos muros da federal de Guarulhos. Nosso sacrifício volta-se em favor dos milhões de jovens que não podem continuar seus estudos. Volta-se em favor dos milhares que conseguiram acessar as federais e que nelas não encontram uma verdadeira universidade, mas tão somente uma carcaça.

Vocês professores não poderão cumprir sua tarefa de educadores, se não se lançarem conosco na defesa do ensino público e gratuito; se não se contrapuserem veementemente ao sistema empresarial do ensino e à funesta mercantilização do conhecimento.

Essa carta tem o objetivo de convencer os professores dos propósitos de nosso movimento e a justeza de nossa ocupação como um dos recursos da luta coletiva. A unidade grevista dos estudantes, professores e funcionários é decisiva para a vitória do movimento. A nossa derrota implica atrasar as conquistas em favor do ensino público e gratuito. Ao contrário, nossa vitória projeta um futuro da universidade viva e socialmente importante para o conhecimento.

Viva a greve das universidades federais!

Viva a greve dos estudantes e professores de Guarulhos!

Toda força a unidade grevista pelo ensino público e gratuito!

Todos pela ocupação, todos pela vitória!

4 de junho de 2012

## Bahia

# Direção da APUB renega a greve e se choca com a categoria

## Decretação da Greve

No dia 29 de maio de 2012, os professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decretaram a adesão à greve nacional da categoria numa votação histórica de 119 votos a favor do movimento grevista contra 49. Ressalte-se que a UFBA é a 48ª universidade federal a aderir à greve nacional e a primeira entre as seções ligadas ao Proifes. A decisão pela greve é produto do trabalho de reorganização da oposição à atual direção do sindicato, que faz uma política festiva e de conciliação de classes, defendendo as posições do governo Dilma Rousseff (PT) no interior da categoria. O sindicato foi transformado pelos petistas em instrumento de desmobilização da categoria dos professores.

O governo junto com o Proifes tentou bloquear o avanço grevista publicando uma medida provisória que concedia míseros 4% de aumento salarial, que não corresponde sequer à inflação do período. Mas, ao mesmo tempo, retirou uma série de direitos da categoria por meio de uma medida provisória. A direção do ANDES, que assinou junto com o Proifes o acordo dos 4% com o governo, diante da pressão das bases, foi obrigada a encampar o movimento grevista. O aspecto mais importante dessa greve é a movimentação das bases de professores

em todo o país, que força as direções a expandir a greve. Nas seções ligadas ao Proifes, é visível o descontentamento das bases em vários estados, conformando oposições às direções conciliadoras.

## Direção da APUB desconhece a decisão das bases

Na mesma assembleia do dia 29 de maio, que decretou a adesão à greve nacional, a direção da APUB alegou que a decisão soberana da assembleia seria submetida a referendo, argumento imediatamente contestado pela oposição APUB - Luta e por inúmeros professores da base. No dia 31 de maio, foi instalado o Comando de Greve na sede da APUB com a presença de dois integrantes da direção do sindicato. Mas logo em seguida decidiram desconhecer o Comando e renegar a decisão da categoria. O referendo contra a greve foi realizado nos dias 05 e 06 de junho. O Comando de Greve orientou a todos os professores o boicote ao referendo e à tentativa da direção do sindicato APUB de burlar a decisão soberana da assembleia de base.

Os vícios do referendo são evidentes: nenhum controle da base, não foi instalada a comissão eleitoral, houve denúncias de pressões de diretores de cursos sobre professores substi-

tutos ou em estágio probatório, apareceram votos em cursos onde todos os professores boicotaram o referendo, etc. Mesmo com todos os vícios, a posição contrária à greve foi aprovada com uma margem insignificante de votos. Agora, a diretoria da APUB ameaça ingressar na justiça contra o Comando de Greve para sepultar o movimento. Porém, a categoria novamente deu a sua resposta e segue firme. No dia 05 de junho, em pleno referendo, a categoria realizou uma assembleia com ampla participação dos professores e aprovou sem nenhum voto contrário a continuidade da greve.

### **Fortalecer a luta com a formação de um Comando Único**

Na assembleia do dia 05 de junho, a militância da Corrente Proletária na Educação (POR) defendeu a unidade entre professores, estudantes e funcionários, com a conformação de um Comando unificado dos três setores da universidade e uma pauta de reivindicações. Um defensor do ANDES, que prega a cisão com a APUB e propõe a formação de uma nova seção sindical do ANDES, formulou proposta contrária à nossa. Argumentou que cada um dos setores tem pautas específicas e que o comando unitário quebraria suas autonomias. Essa justificativa expressa o corporativismo burocrático. Ao contrário, a Corrente Proletária enfatizou que a unidade organizativa da greve potencializaria o movimento. Desgraçadamente, a posição contrária ao Comando unificado venceu. Militantes do PSTU, que distribuíram nota da Conlutas defendendo unidade, votaram contra a unificação, submetendo-se à posição divisionista.

No dia 06 de junho, os estudantes decidiram em assembleia geral entrar em greve. No próximo dia 11 de junho é a vez dos servidores federais. O desencadeamento dos fatos força, portanto, a constituição de um Comando unificado, embora haja posições contrárias. A Corrente Proletária da Educação atuará no sentido de defender a política revolucionária para a educação e a constituição de um Comando unificado entre professores, estudantes e funcionários.

### **Experiência frentista confirma as posições do POR**

A oposição APUB-Luta é uma frente de militantes de várias

correntes políticas e independentes. Antes existia a APUB em movimento, que se desagregou em função das posições sectárias do PSTU, que tentou em diversas ocasiões aprovar a posição de rompimento/desfiliação do sindicato APUB e criação de uma nova seção do ANDES na UFBA. Essa posição da corrente morenista foi responsável por um dos maiores retrocessos na esquerda do Brasil: a cisão com a CUT, a fragmentação e divisionismo nos movimentos, em particular, no movimento operário. No lugar de conformar uma fração revolucionária de toda a militância e correntes de oposição à burocracia, em defesa da independência de classe da CUT frente ao governo e aos partidos da burguesia, o PSTU levou adiante uma política de divisão da central sindical e formação de uma nova organização, por ele dirigida.

A militância do PSTU, com apoio em alguns independentes, tentou passar a mesma política na oposição à direção da APUB e levou à desagregação da APUB em movimento. Agora, depois de muito esforço, a militância conseguiu reorganizar a oposição APUB-Luta, enfrentar a burocracia instalada no sindicato e desencadear a luta em defesa da greve. O mais interessante é que, mesmo sem fazer qualquer autocritica, o PSTU volta novamente ao campo da oposição e participa do Comando de Greve. Certamente, após o movimento grevista, a militância do PSTU dará andamento à sua proposta de cindir com a APUB e formar outra seção sindical do ANDES. O Partido Operário Revolucionário (POR), por meio da Corrente Proletária na Educação (CPE) continuará combatendo o divisionismo e o sectarismo, em defesa da unidade na luta.

Viva a greve nacional dos professores! Reforçar e expandir a greve na UFBA! Todo apoio à greve dos estudantes! Que os funcionários se juntem à greve nacional dos professores! Formação imediata de um comando unificado de professores, estudantes e funcionários! Que o governo atenda imediatamente as reivindicações dos professores, estudantes e funcionários! Abaixo a política privatista do governo Dilma Rousseff (PT)! Conquistar as nossas reivindicações com a ação direta: greve, manifestações, ocupações, assembleias! Em defesa do ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social!

### **Bahia: boletim da Corrente Proletária**

## **Só a assembleia é soberana! Direção da APUB usa referendo para bloquear a greve docente! Constituir um comando unificado de professores, estudantes e funcionários imediatamente!**

### **Por que a direção da APUB renega a soberania da Assembleia de base?**

Não é casual que a atual direção do nosso sindicato APUB desconheça a decisão soberanamente tomada por ampla maioria dos professores na Assembleia do dia 29 de maio, na qual foi aprovada a adesão à greve nacional docente. É verdade que a base esperava que a direção da APUB respeitasse a decisão da maioria na Assembleia e tomasse os encaminhamentos ne-

cessários para por em prática a decisão, como constituir e respeitar o Comando de Greve e colocar o sindicato a serviço da luta grevista coletiva pelas reivindicações da categoria.

Por que então não ocorreu o esperado? A direção da APUB faz há anos uma política festiva, conciliadora e rebaixada à frente do sindicato da nossa categoria e, portanto, expressa no movimento docente as medidas tomadas pelo governo Dilma Rousseff (PT) na educação em geral e nas universidades fede-



rais. Trata-se das medidas de reforço do ensino privado contra o público, de subsídios aos capitalistas do ensino, de avanço do capital internacional na compra de escolas e universidades, de arrocho salarial para professores e funcionários, da ausência de uma política de ingresso e permanência para os estudantes, das péssimas condições de estudo e trabalho para professores, estudantes e funcionários, de expansão de vagas sem aumento correspondente de recursos, de congelamento dos salários, de criação de fundações privadas e da Previdência Privada dos servidores federais.

### **Professores dão a resposta em Assembleia!**

Contrariando a direção da APUB, os professores compareceram massivamente à Assembleia do dia 05 de junho e decidiram sem nenhum voto contrário continuar o movimento grevista. O desgaste da direção da APUB é cada vez maior na

### **Rondônia**

## **A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) adere à greve geral das universidades federais**

O segundo semestre do ano de 2011 na UNIR foi encerrado no mês de março deste ano. Isso se deveu a uma greve que durou 79 dias, que arrancou o reitor corrupto. Foi uma paralisação que envolveu estudantes e professores, faltando apenas a adesão dos funcionários. A greve teve repercussão nacional em função do autoritarismo do reitor e do volume de denúncias de corrupção de sua administração. Agora, adesão da greve nacional das federais pela UNIR tomou outro rumo. Há uma divisão entre os professores, no comando de greve e nas ações do movimento.

O ANDES, diferentemente da greve de 2011, em que o comando era composto por representantes de base, que travou duro combate à direção do sindicato dos docentes (ADUNIR), não privilegiou os comandos de base, eleitos nas assembleias. Apesar da adesão da maioria dos docentes, a greve não conta com os estudantes e uma parcela de grevistas que se empenhou na greve passada. A direção da ADUNIR assumiu o comando da greve, juntamente com uma parte da burocracia acadêmica que havia sido denunciada de corrupção.

É fundamental superar esses entraves para a vitória do movimento. O que implica a mais ampla democracia sindical, comandos eleitos nas assembleias e a defesa das reivindicações que unificam professores, estudantes e funcionários. A divisão no interior dos campi (funcionários, professores e estudantes) só fortalece a ação da reitoria e do governo para derrotar o movimento, que é nacional. A Corrente Proletária da Educação intervém chamando atenção para a importância da unidade e

base, ficando evidente o verdadeiro caráter da sua política. O referendo foi a expressão do desespero de uma direção conformista, que tem medo da luta, que tem horror das bases, que desrespeita a democracia e a soberania da assembleia e que só admite as votações a favor da conciliação com o governo federal.

### **Estudantes decretam greve! Agora é a vez do funcionalismo federal! Constituir um Comando Unificado Já!**

No dia 06 de maio, os estudantes da UFBA decretaram greve geral. No dia 11/06 será a vez dos funcionários. É preciso constituir imediatamente um Comando Unificado, com as reivindicações das três categorias para avançar coletivamente na luta contra a política educacional privatista e a desagregação da universidade. Essa será a verdadeira resposta às tentativas de bloqueio da insatisfação das bases. *Todo apoio à greve dos docentes da UFBA e ao movimento nacional dos professores das IFES! Que o governo atenda a todas as reivindicações dos professores, estudantes e funcionários! Abaixo a política privatista do governo federal! Contra a burocracia sindical, em defesa de sindicatos independentes dos governos e dos partidos burgueses! Rechaço ao divisionismo e à fragmentação! Apostar na força da greve, nos métodos de ação direta (assembleias, plenárias, paralisações, manifestações)! Que o ANDES-SN organize manifestações em todos os Estados e um ato geral unificado dos professores!*

das ações de rua.

### **Não à Estatuinte! Assembléia geral universitária para impor a verdadeira autonomia universitária**

A assembléia que ocorreu terça-feira, dia 29 de maio, no Campus da UNIR, em Porto Velho, sugeriu a organização de uma comissão para organizar a estatuinte da universidade. O argumento era o de que a estatuinte é um meio para garantir a autonomia universitária.

Sempre que acontecem nas universidades as mobilizações e greves do movimento estudantil e docentes, vem à tona o debate sobre a estatuinte. E por que isso acontece? Porque alimentam a ilusão de que é possível democratizar a universidade sem destruir a burocracia universitária autoritária, sem conquistar a real autonomia universitária, portanto sem instalar a soberania da assembleia geral universitária. Dessa forma, mantém-se o ordenamento jurídico da universidade, ou seja, o poder da burocracia acadêmica e seus organismos. Querem apenas dar um tom democrático ao autoritarismo vigente. Rejeitam a autonomia universitária, garantida pela assembleia geral, composta de estudantes, funcionários e professores. A estatuinte pressupõe apenas mudanças nos estatutos da universidade, preservando sua estrutura, seus organismos burocráticos e seus respectivos dirigentes.

A Corrente Proletária se posicionou na defesa da assembleia universitária, da bandeira do governo tripartite e do ensino público e gratuito.

# Marcha à Brasília

No dia 5 de junho ocorreu em Brasília a marcha nacional dos servidores federais. Organizada pelo ANDES-SN, participaram docentes, estudantes e funcionários federais. No final da marcha, ocorreu uma plenária estudantil, chamada pela ANEL, para organização de um comando nacional de greve, em um quadro de adesão da greve por estudantes de 31 instituições federais.

A manifestação com cerca de 10 mil professores, estudantes e funcionários expressou a luta em defesa do ensino público, contra a política de privatização e de cortes de verbas da educação pelo governo Dilma. Esta política está sendo imposta desde o mandato do governo Lula, com a implementação do REUNI (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) sem aumento de recursos. O governo federal faz propaganda do aumento de vagas (impulsionando a candidatura do seu ex-ministro da educação, Fernando Haddad, para prefeitura de São Paulo) e ao mesmo tempo atende às exigências imperialistas de saque aos setores públicos (educação, saúde, previdência).

Não obstante, têm-se uma greve dos professores das Insti-

tuições Federais de Ensino (IFES) desde o dia 17 de maio, reivindicando melhores condições de trabalho e salário e a luta dos estudantes contra a precarização (falta de salas de aula, bibliotecas, laboratórios) das universidades. Ou seja, uma luta que se confronta com a política privatista do governo.

No final da marcha, houve a tentativa de ocupação do MEC pelos estudantes, mas a direção do movimento mostrou que não tinha disposição de radicalização (uma marcha que não bloqueou toda avenida, convocou apenas um ato em frente ao MEC e conteve cerca de 200 estudantes que tentaram entrar no prédio). Somente com a radicalização dos métodos de luta é possível alcançar a vitória do movimento.

Diante dessa situação, o movimento deve ter uma direção que organize a luta em defesa do ensino público impulsionando os métodos da ação direta. As reivindicações do movimento não devem ser rebaixadas. A introdução artificial da bandeira de 10% do PIB, defendida durante a marcha e como principal reivindicação do comando nacional de greve dos estudantes, desvia os motivos que levaram à greve nacional das federais.

## Bahia

# Professores da rede estadual reafirmam greve

Em assembleia realizada no dia 05 de junho de 2012, os professores da rede estadual de ensino realizaram uma assembleia em frente à Secretaria de Educação (SEC) no Centro Administrativo da Bahia e decidiram por unanimidade pela continuidade da greve. A greve foi iniciada em 11 de abril, com a reivindicação de cumprimento de acordo realizado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB) e governo estadual, prevendo o aumento de 22,22% sobre o piso nacional. Na última assembleia, a base estava inflamada, pois no dia anterior Jaques Wagner concedeu uma entrevista à TV Bahia, lançando mentiras contra os professores grevistas e afirmando que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) só negocia com os professores em sala.



Como se não bastassem as ações repressivas de Wagner durante todo o período de greve, como corte de salários e pontos de abril e maio, corte de créditos na cesta do povo, decretação da ilegalidade da greve e aplicação de multa etc., o governador petista com a petulância e cinismo durante

toda a entrevista, procurou passar a falsa ideia de que os professores são intransigentes e não querem qualquer negociação com o executivo estadual. O objetivo foi o de colocar a população contra os grevistas. Na mesma ocasião, apresentou uma proposta indecente aos professores, de aumento de 4% em novembro e 3% em abril de 2013, na forma de progressão de carreira. Exige ainda que, para ter acesso à progressão, os professores terão obrigatoriamente de fazer um curso de qualificação.

Os professores, entretanto, rejeitaram a proposta e decidiram continuar a greve até que o governo atenda as reivindicações da categoria, que foram objeto do acordo em novembro de 2011. O PCdoB, partido que dirige o sindicato APLB, faz parte da base política do governo Wagner e, ao mesmo tempo, por conta do desgaste da diretoria do sindicato, inconformismo e pressão das bases, foi obrigado a encabeçar a greve, mas age sistematicamente nos bastidores para interrompê-la. A direção estadual do PCdoB aprovou uma censura ao coordenador do sindicato, alegando que o dirigente sindical do partido tem dado um caráter político à greve contra o governo e orientou para não atacar Wagner, tendo em vista a proximidade das eleições.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR), ao contrário dos estalinistas, trabalha pela vitória do movimento. Em seus panfletos e intervenções, levanta as bandeiras: que o governo atenda imediatamente as reivindicações da categoria! Abaixo as punições, multas, cortes de salários e de pontos tomadas pelo governo Wagner (PT) e a Justiça Burguesa! Fortalecer a luta por meio da ação direta: manifestações, ocupações e assembleias.

## Estudantes USP

# Como foi o EnCA / USP

O EnCA (Encontro de Centros Acadêmicos) da USP aconteceu nos dias 2 e 3 de junho no campus de São Carlos, com pauta: XI Congresso dos Estudantes da USP, movimento estudantil e conjunturas nacional e internacional. Com exceção de alguns poucos centros acadêmicos, como o CARB da Educação Física e o GPoli da Engenharia, estavam presentes apenas os mais próximos da política da direção do DCE (PSol/PSTU). O EnCA é aberto a qualquer estudante, mas foi mal convocado. Serviu claramente para centralizar a base de apoio da direção do DCE.

A Corrente Proletária Estudantil (POR) participou do EnCA fazendo oposição à política de defesa da “democracia na USP” como eixo do movimento e do XI congresso. Fomos a única corrente oposicionista presente no evento. A ausência de mais organizações de oposição foi uma crítica levantada por alguns CAs. Os atrasos sistemáticos, apresentados na fala de um dos diretores do DCE como tradição do movimento estudantil (ME), também foram criticados.

O debate de abertura e os painéis expressaram a linha da luta por “democracia” defendida pela direção do DCE desde a greve do ano passado. A participação da Adusp focou na defesa da estatuinte como bandeira para além das “diretas para reitor”. O Sintusp não se contrapôs à linha da direção, mas defendeu a greve como instrumento importante de elaboração e mobilização.

O fato da democracia ser um ponto que perpassa a maioria dos conflitos, desde os específicos dos cursos (infra-estrutura, reforma dos currículos, etc.) até os gerais do movimento (processos, PM etc), não quer dizer que será capaz de erguer uma luta unitária na universidade. Quando os que estudam e trabalham se colocam pelas suas reivindicações mais sentidas, na luta contra a privatização, a mercantilização, dentre outras temáticas relacionadas com as várias frentes da luta na universidade, que eles se co-

locam concretamente em oposição ao autoritarismo da burocracia universitária e pela democracia universitária. A defesa em abstrato da democracia, por sua vez, não leva à mobilização pelas reivindicações.

### Todas as reivindicações têm o mesmo peso?

Para responder a esta pergunta devemos levar em conta o momento que vivemos na USP. É um quadro de repressão sem precedentes, desde a ditadura, com a polícia militar no campus e mais de 100 processos administrativos e criminais contra estudantes e trabalhadores já em curso, fora os já anunciados. O peso das reivindicações, portanto, não é uma escolha arbitrária de nossas cabeças.

No debate de abertura, o diretor do DCE que compunha a mesa comparou a bandeira de democracia a um guarda-chuva que cobre todas as reivindicações específicas. Então nós perguntamos: se a repressão avançar e o plano da reitoria e do governo de eliminar toda a sua oposição na universidade se concretizar, que mão vai segurar o tal guarda-chuva? A reitoria utiliza a tática típica das histórias em quadrinhos. Ataca em várias frentes ao mesmo tempo e põe nossos heróis num dilema: salvar a mocinha ou a cidade? Nós nunca abandonamos as reivindicações específicas mais sentidas, mas existem questões que se antepõem na prática e que precisam de um peso maior na resposta. Neste caso, a brutal repressão política.

### O DCE, contra a mobilização, se apoia nos setores mais atrasados dos estudantes

Não se trata de uma diferença tática. No discurso, a direção parece estar interessada em mobilizar os estudantes, mas a sua prática diz a que vieram. Não convocam as assembleias para poderem depois deslegitimá-las por falta de quórum, colocam-se contra os métodos de ação direta, inclusive ajudando a reitoria, o governo e a mídia burguesa a difamar o movimento nas

suas ações mais radicalizadas, como aconteceu na ocupação da reitoria do ano passado (votada em assembleia) e nas pichações do dia 16/05, na coordenadoria disciplinar da USP, na Alvarenga. No dia 22, rachou o ato, se retirando antes do término das oitivas do processados. O DCE não compareceu aos outros atos em dias de oitivas, nem os divulgou. Transformou a última assembleia num comando de mobilização, devido a falta de quórum. O comando aprovou um ato contra a repressão para o dia 13/06, às 9h, na Alvarenga e o DCE sequer deu esse informe no EnCA, apesar da nossa insistência.

Aqueles que querem evitar o choque de posições políticas, vão partir do nível de consciência das massas. O DCE coloca claramente que a repressão não é o melhor caminho para mobilizar porque a maioria dos estudantes não tem o mesmo nível de consciência daqueles que já estão em luta. Por isso, a democracia aparece como a melhor escolha. É a melhor escolha porque ninguém é contra a democracia, porque é genérico. A direção se apoia num suposto atraso da consciência dos estudantes para ficar onde está, evitando os choques de ideias e se perpetuando no aparato do DCE.

O movimento estudantil precisa retomar o caminho da luta, interrompido com o fim da greve no início do ano. Precisa influenciar funcionários e professores, que também estão sob ataques, sendo perseguidos. A luta contra a repressão não é específica dos estudantes da USP, nem dos estudantes de maneira geral. A violência do Estado é sentida de forma cada vez mais aguda por vários movimentos, no Brasil e no mundo. É necessária a generalização desta luta para além da universidade, colocando-se em aliança com os explorados assalariados, que também sentem o peso da repressão, em especial com a classe operária. Só assim será possível barrar o avanço da reitoria e do governo e recuperar o terreno perdido nessa guerra.



## Nesta edição:

- Mobilizações, greves e situação econômica na Espanha
- Argentina: A luta para resolver a crise de direção revolucionária
- Bolívia: A nova situação política
- Uma burla da Justiça (L. Trotsky)

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Mobilizações, greves e situação econômica na Espanha

Dia 12 de maio, manifestações em 80 cidades da Espanha marcaram a volta do movimento autodenominado de “indignados”. Mesmo movimento que permaneceu em praças públicas em cidades como Catalunha e Madri em 2011, nos meses de maio e junho. Como no ano anterior, trata-se de um movimento majoritariamente organizado pela juventude e por desempregados.

Em quatro dias de mobilização, os “indignados” tomaram as Praças e pacificamente exibiram seus cartazes e palavras de ordem contra a ordem econômica vigente. O país, que já andava em péssima situação, vê seus dados piorarem mês após mês. O desemprego entre a juventude chega a 52% e a 24,4% em relação a toda população economicamente ativa. Os cortes orçamentários para 2012 foram calculados em 30 bilhões de euros.

A política pequeno burguesa que orienta essas manifestações mostra-se impotente diante dos gigantescos ataques anunciados, isso porque não se radicaliza de modo a atingir o governo do direita Rajoy. É indício de uma resistência latente que tem suas raízes sociais no aumento da pobreza, na recessão e no desemprego, mas que não consegue tornar-se em uma ofensiva antigovernamental.

### Greve na educação paralisa o país

Em meio a dados incertos, toda a Espanha se viu sacudida também nos dias 22 e 23 de maio pela greve que atingiu todos os setores da Educação – da básica ao ensino superior. Diante do corte previsto de 21% no orçamento da Educação, vários sindicatos locais e entidades estudantis tiveram de se mobilizar para se opor a mais esse ataque.

Na ausência de organizações nacionais que puxassem a paralisação do magistério, os sindicatos locais apresentaram dados que variavam dos 40% a 90% de adesão à paralisação. Em algumas regiões, como as comunidades autônomas do País Basco, La Rioja e Baleares, os sindicatos sequer organizaram a greve, chamando mobilizações de outra “natureza”.

No caso da Educação, o corte imediato de 21%, mais as medidas de cortes de 10 bilhões até 2015, aumento de alunos por sala, aumento da jornada de trabalho, impuseram uma luta nacional desse setor. Depois de mobilizações com mais de 200 mil pessoas em algumas regiões, como Andaluzia, os sindicatos apostam em novas mobilizações apenas para junho e setembro.

### Paralisações e greve no setor de mineração

A ajuda ao setor de carvão vai ser reduzida em 64% ao longo do ano, previu o governo espanhol, de 703 milhões em 2011 passará para

253 milhões de euros em 2012.

Essa situação exigiu uma resposta das duas maiores centrais sindicais do país, a UGT e a CC.OO, que organizaram quatro paralisações ao longo do mês de maio (23, 24, 30 e 31). Além das paralisações, foram organizadas passeatas pelas ruas de Madri, que convergiram para um ato no dia 31 na frente do Ministério Indústria, Energia e Turismo.

Segundo os líderes sindicais, o governo mantém o diálogo, mas não aponta nenhuma saída para impedir os cortes. Na prática, consideram que o setor de extração de carvão se extinguirá com a medida governamental.

### Governo recorre ao G7 para ajudar seus bancos falidos

Depois de ter nacionalizado o Bankia, 4º maior banco do país, afundando em dívidas superiores a 20 bilhões de euros, o governo espanhol foi à mídia sugerir que “informalmente” os países do bloco ajudem o seu sistema bancário, com dívidas que ultrapassam os 40 bilhões de euros.

Enquanto o governo fazia esse anúncio, o capital especulativo agia pelos bastidores resgatando dos bancos espanhóis milhões de euros. A ideia de que o país não pode ser “salvo” como economias mais frágeis (Grécia, Irlanda e Portugal), exercem pressão sobre o Grupo dos sete países mais ricos, que, no dia 05 de junho, convocaram uma reunião extraordinária.

Alemanha, principal credora de muitos desses países em dificuldade, afirmou não poder intervir diretamente sobre o problema espanhol. No entanto, o peso da economia espanhola, que responde por 12% da zona do euro, é significativo e obriga uma resposta conjunta dos países. A quebra do setor bancário repercutirá negativamente sobre outras economias, como Itália, também em dificuldade.

Como resposta limitada, o governo, além dos cortes previstos, resolveu leiloar 2 bilhões de euros em títulos do governo, alimentando o capital especulativo que ronda a Europa. O problema está em que, sem a intervenção externa, os papéis espanhóis tornar-se-ão cada vez menos atrativos, como já ocorre com os títulos da Grécia.

### Sem direção revolucionária, país mergulhará ainda mais na recessão

Ainda que duramente atacadas as condições de vida do povo espanhol, não existe um partido revolucionário que oriente as lutas para barrar os ataques. Vivendo os mesmos dilemas de Portugal, Itália, Irlanda e Grécia, a Espanha vê suas contas afundarem dia após dia e os governos jogarem as contas nas costas da classe trabalhadora. Sem

a direção revolucionária, sem o programa de destruição do Estado burguês e revolução proletária, os próximos meses e anos serão ainda mais duros para a juventude e para os trabalhadores desse país.

Com a intervenção de setores do movimento operário e a presença cada vez maior às Centrais e sindicatos oficiais, as mobilizações devem crescer no próximo período. A tendência de se multiplicarem organizações, como a dos “indignados”, é forte, embora, por seu conteúdo e seus métodos, já nasçam limitadas politicamente.

A rica tradição da política proletária na primeira metade do século XX, quando do fracasso da Revolução Espanhola, abortada pelo regime fascista e pela debilidade das organizações anarquistas e esta-

linistas, deve vir à tona.

A juventude e os desempregados surgem como força no cenário atual da luta de classes – o programa revolucionário pode unificá-los à luta operária e transpor os limites do sindicalismo oficial.

A bandeira de Estados Socialistas da Europa responde à opressão internacional exercida sobre as economias mais frágeis do bloco. As experiências gregas, de radicalização e de choque com o aparato repressivo, podem servir de ponta de lança para um movimento continental de enfrentamento aos governos antipopulares. A saída inevitavelmente passa por resolver a crise de direção em nível nacional e internacional.

## Argentina

*Publicamos o último extrato do documento de situação Política Nacional da Conferência do POR-Argentina. Os pontos anteriores (1, 2 e 3) desenvolvemos nos Massas 431, 432 e 433, respectivamente. Lembremos, também, que o ponto 5 (Resposta operária diante da crise), que encerra o documento, foi publicado no Jornal Massas nº 430.*

## 4. A luta para resolver a crise de direção revolucionária

A classe operária argentina nunca solucionou o problema de sua direção política. Diferentemente de outros países em que a classe operária se organizou majoritariamente nos partidos socialistas e comunistas (ainda que não foram revolucionários), em nosso País esse papel foi jogado pelo peronismo, que tomou demagogicamente algumas das bandeiras da classe e falou em seu nome. Durante décadas, as massas acreditaram encontrar no peronismo, no Partido Justicialista o seu partido. Mas isso quando os partidos que se reivindicavam da classe operária faziam frente com os partidos oligárquicos e pró-imperialistas e negavam a questão nacional. Esse papel nefasto da esquerda ajudou a potencializar a tutela do nacionalismo burguês sobre as amplas massas de trabalhadores e se converteria em um grande bloqueio à tarefa de emancipar os trabalhadores da tutela burguesa (...) os processos de profunda radicalização social, com lutas heroicas da classe operária que fizeram cambalear o regime (como na década de 70) não puderam por si resolver a construção da direção revolucionária. Uma parte da vanguarda foi ganha pelo foquismo, acreditando que por essa via se resolveria a política revolucionária, contrapondo-se à política pacifista e conciliadora da esquerda. Assim como o foquismo foi um obstáculo à tarefa de construir o partido nos anos 70, o centrismo revisionista da esquerda, que se passa por trotskista, é hoje um obstáculo que deve ser superado, já que tem uma influência sobre um setor da vanguarda que vem protagonizando muitas das principais lutas dos últimos anos.

(...)

Devemos seguir com atenção como evolui a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT). A unidade oportunista pode não romper-se, em função de que necessitam mutuamente para conservar a legalidade e poder apresentar-se nas próximas eleições (...) A caracterização que temos feito em nosso último Congresso se confirmou como correta, com toda a luta que temos travado durante a campanha eleitoral, demonstrando que não defendiam uma campanha de princípios, proletária, mas sim claramente eleitoralista, alimentando ilusões democráticas (burguesas) e colocando como objetivo formar uma bancada de deputados.

(...)

Na campanha eleitoral, jamais fizeram referência aos métodos de ação direta para impor o salário mínimo igual ao custo da cesta familiar ou outras reivindicações que levantaram, contribuindo assim para criar a ilusão de que talvez uma bancada de deputados possa

impulsionar leis que resolvam essas reivindicações. Sua tendência é o legalismo. O exemplo de como se deve intervir no Congresso, os revolucionários encontram na experiência do bloco mineiro parlamentar na Bolívia e da oposição de esquerda no Chile. As teses aprovadas no III Congresso da III Internacional Comunista sobre a tática eleitoral dos comunistas mantêm toda sua vigência.

(...)

O POR caracteriza que persistem fortes ilusões democráticas nas massas e, que, portanto, é obrigatório intervir nas campanhas eleitorais e quando for possível deve legalizar o partido e apresentar candidatos próprios. Se não foi feito é pela sua debilidade organizativa, pela etapa de construção em que se encontra, não porque rechaça tal intervenção. Quando dizemos legalizar o partido, dizemos legalizar com seu programa, nunca com outro. Um partido tem um único programa.

(...)

A política sindical dessas correntes tende para as alianças com setores que se desprendem da burocracia sindical com o argumento de derrotar os piores burocratas (como nas eleições dos professores de Neuquén). O Partido deve desenvolver uma intensa e permanente campanha para desmascarar essas correntes que se apresentam como “classistas” no movimento operário. O papel que jogaram na crise de 2001, apresentando soluções democratizantes diante do levante popular e a política que levaram em Zanón, demonstram que essas correntes não têm uma política revolucionária, não estão capacitadas para dar resposta ao que instintivamente já estão mostrando as últimas lutas radicalizadas, que aplicam métodos da ação direta para enfrentar-se com o governo, com o patronato e com a burocracia. As correntes que dirigem a FIT – PO e PTS, se posicionam, cada uma a sua maneira, sobre a necessidade de lançar a construção de um “Partido dos Trabalhadores” como uma organização eleitoralista, que confronta com a tarefa de construir o partido revolucionário sobre a base da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

(...)

Construir o partido revolucionário é construir seu programa, armar ideologicamente a classe operária em sua perspectiva histórica, dando resposta aos problemas políticos, nacionais, democráticos e sociais a partir de sua estratégia. O partido será necessariamente minoritário, de vanguarda, de quadros profissionais (não pagos), estruturados politicamente ao redor do programa.



## A nova situação política

O governo do MAS chegou ao poder cavalcando sobre a derrocada dos partidos burgueses tradicionais. Derrocada que é uma expressão da decadência capitalista. As forças produtivas algemadas pelas relações de produção capitalistas, ou seja, pela grande propriedade privada burguesa que representa um enorme obstáculo para o seu livre desenvolvimento determinam, como Marx aponta, que as condições materiais estão maduras para dar nascimento a uma nova sociedade de homens livres sem explorados nem exploradores, vale dizer, a sociedade comunista. Faz muito tempo que as condições objetivas já estão dadas para a revolução que sepultará o capitalismo. O que falta é que ocorram as condições subjetivas para a revolução. Ou seja, a maturidade política da classe operária para materializar a necessidade histórica de acabar com o regime da propriedade privada dos meios de produção e abrir caminho para a nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção. A atrasada Bolívia é parte da economia capitalista mundial, participa na forma de país capitalista atrasado. Foi incorporada tardiamente à economia mundial sob a pressão dos interesses do capital financeiro internacional que lhe impôs a função de mero fornecedor de matérias-primas para o mercado mundial deixando no atraso o resto da economia que não é de seu interesse. Os poucos recursos que restam no país, as multinacionais saqueiam como foi o caso dos minerais e o agora do gás. Estas multinacionais são a espinha dorsal da economia nacional e mantêm submetida a classe dominante nativa aos interesses do imperialismo.

Os chamados governos neoliberais dogmaticamente pró-imperialistas, que precederam ao governo do MAS, destruíram as frágeis empresas estatais, realocalizaram os mineiros (núcleo fundamental do proletariado boliviano educado na escola revolucionária do POR), abriram sem restrições as portas do país para a voracidade das empresas imperialistas, eliminaram os ganhos sociais e as condições de trabalho dos trabalhadores agravando a miséria da maioria dos oprimidos e da subjugação do país aos interesses imperialistas, provocando a revolta das massas, mas sem uma direção revolucionária que assinala o norte a ser seguido, o proletariado não estava presente como classe, ou seja, como política, e o POR, que encarna o programa revolucionário, é uma voz muito fraca, no meio da rebelião popular. A classe operária e seu partido ainda não conseguem superar as consequências da dissolução do seu núcleo fundamental mineiro.

A origem indígena-camponesa do líder dos produtores de coca Evo Morales despertou excessivas ilusões em praticamente todos os setores dos explorados. É claro que em tais condições, a revolução é impossível, primeiro é preciso que os explorados superem essas ilusões e a tarefa fundamental do partido revolucionário é ajudar as massas a superar essas ilusões o mais rapidamente possível.

O grande acerto do POR foi descobrir o conteúdo de classe do MAS que desde o seu início declarou sua submissão à propriedade privada, assentado no camponês pequeno-proprietário e invadido pelos “esquerdistas” pequenos-burgueses pós-modernistas, está destinado a desenvolver uma política burguesa por sua relação com a propriedade privada. As contradições iniciais entre a direita e o governo não colocavam o problema da transformação radical da atual ordem social, ao contrário, ambos os pólos buscavam formas de salvá-la preservando a propriedade privada em todas as suas formas, como foi verificado.

Mas, para os revolucionários, sempre esteve bem claro que essas ilusões desapareceriam ao se chocarem com a incapacidade do governo em satisfazer as necessidades dos explorados, um processo que

tem ocorrido mais rápido do que poderíamos imaginar. A imagem do “governo do povo” e a falácia do “processo de mudança” desvanecem como que por magia, e ingressamos uma nova situação política revolucionária.

Esta nova situação contrasta com a imediatamente anterior quando as ilusões no “processo de mudança” de Evo resultavam em maciço apoio e na contenção das demandas dos oprimidos. Agora, eliminadas essas ilusões as massas desiludidas se rebelam contra o governo, ganham as ruas e estradas, utilizando a ação direta. Cada vez mais furiosas, para impor ao governo impostor suas demandas. Nada esperam dele, tornaram-se independentes.

### **Isso significa que as massas oprimidas marcham diretamente para a revolução ou que estão à beira de uma situação insurrecional?**

Recorremos a Lênin para entender o que se entende por “situação revolucionária”.

“Um marxista não deve ter dúvidas de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, além disso, nem todas as situações revolucionárias levam à revolução. Quais são, em termos gerais, os sintomas característicos de uma situação revolucionária? Certamente não cairemos em erro se levarmos em conta três sintomas principais: 1) A incapacidade das classes dominantes de manter sua imutável sua dominação; esta ou aquela crise do “alto”, uma crise na política da classe dominante que abre uma fenda pela qual irrompe o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para eclodir a revolução não basta que “os de baixo não queiram”, mas é preciso ainda que “os de cima não possam” continuar vivendo como antes. 2) Um agravamento, fora do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas. 3) Uma intensificação significativa, por estas razões, da atividade das massas, que em tempos de “paz” se deixam espoliar tranquilamente, mas em épocas turbulentas são empurradas tanto pela situação de crise, como pelos próprios “de cima”, a uma ação histórica independente.

“Sem essas mudanças objetivas (não só independentes do controle dos diferentes grupos e partidos, mas também da disposição das diversas classes) a revolução é via de regra impossível. Todas essas mudanças objetivas são precisamente o que é chamado de situação revolucionária. Esta situação ocorreu em 1905 na Rússia e em todos os períodos revolucionários no Ocidente, mas também existiu na década de 60 do século passado na Alemanha, em 1859-1861 e em 1879-1880, na Rússia, apesar de que não houve revolução nestes casos. Por quê? Porque nem todas as situações revolucionárias conduzem a uma revolução, mas apenas a situação em que às mudanças objetivas acima agrega-se uma mudança subjetiva, a saber, a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo a ação revolucionária das massas suficientemente forte para romper (ou quebrar) o velho governo, que nunca, nem mesmo em tempos de crise, “cairá” se não lhe “fizer cair”.

“Estes são os pontos de vista marxistas sobre a revolução, infinitamente desenvolvidos e reconhecidos como indiscutíveis por todos os marxistas, e que para nós, russos, foram confirmados claramente na experiência de 1905.” (VI Lênin, “o colapso da Segunda Internacional”, maio-junho 1915).

Trotsky afina mais a análise do que é uma situação revolucionária, introduzindo o conceito de situação pré-revolucionária no processo de desenvolvimento da situação revolucionária com relação à presen-

ça e ação do proletariado.

“A situação revolucionária ocorre somente quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam alterações bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes. ... Para nossa análise, temos de ter em conta as três classes sociais: a capitalista, a classe média, o proletariado. São muito diferentes as mudanças de mentalidade necessárias em cada uma destas classes. ... Mas a situação revolucionária se desenvolve apenas quando o proletariado começa a buscar uma solução, não sobre os trilhos da velha sociedade mas pelo caminho da insurreição revolucionária contra a ordem existente. Esta é a condição subjetiva mais importante de uma situação revolucionária. A intensidade dos sentimentos revolucionários das massas é um dos índices mais importantes da maturidade da situação revolucionária”. (L. Trotsky “O que é uma situação revolucionária”, *The Militant*, 19 de dezembro de 1931)

“A oposição absoluta entre uma situação revolucionária e uma situação não revolucionária é um exemplo clássico do pensamento metafísico segundo a fórmula: o que é, é, o que não é, não é, e todo o resto é uma questão de Mandinga.”

“No processo histórico existem situações estáveis, absolutamente não revolucionárias. Existem também situações notoriamente revolucionárias. Há também situações contrarrevolucionárias (não se esque-

ça disso!). Mas o que existe especialmente na nossa época do capitalismo em putrefação são situações intermediárias, de transição: entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, de uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária ou ... contrarrevolucionária. São precisamente estes estados transitórios os que têm uma importância crítica do ponto de vista da estratégia política.” ...

“Uma situação revolucionária se forma pela interação de fatores objetivos e subjetivos. Se o partido do proletariado não é capaz de analisar a tempo as tendências da situação pré-revolucionária e de intervir ativamente no seu desenvolvimento, ao invés de uma situação revolucionária surgirá inevitavelmente uma situação contrarrevolucionária.” (L. Trotsky, *Para onde vai a França?* - 1935).

Seguindo a Trotsky dizemos que nos encontramos ante uma situação pré-revolucionária dentro do processo de desenvolvimento da situação revolucionária.

É claro, então, que ao caracterizar a mudança política que se realizou, o que deve importar para os revolucionários é assumir a tarefa de organizar politicamente o descontentamento popular sob a perspectiva da revolução proletária, a única maneira da situação revolucionária derivar em revolução socialista.

(Extraído do jornal *Masas* boliviano, nº 2266)

## Uma burla da Justiça <sup>(1)</sup>

O comissariado do povo da Justiça de Moscou acaba de publicar um informe “textual” do julgamento dos dezesseis (Piatakov, Radek, etc.) em idiomas estrangeiros. Como todos sabem, o informe do julgamento dos dezesseis (Zinoviev-Kamenev) foi um produto puramente jornalístico. O diálogo era interrompido por frases, tais como: “...Smirnov trata de fugir do problema chamando a atenção sobre a falta de reuniões... O acusado se defendeu teimosamente, tratando de negar seu papel dirigente...”, etc. Todos os testemunhos que contrariam a fraudulenta unidade são eliminados pura e simplesmente do informe, ou substituídos por advertências contra os acusados. Aparentemente, o “informe” satisfaz somente a dois homens em toda face da terra: o advogado londrinense Pritt e o advogado parisiense Rosenmark. Não incluímos os dirigentes da Comintern: estes não necessitaram do informe para declarar-se satisfeitos.

O julgamento de Zinoviev-Kamenev teve eco extremamente desfavorável na imprensa mundial. A tarefa mais importante do julgamento dos dezesseis foi o de retificar a má impressão provocada pelo julgamento dos dezesseis.

O informe que acaba de aparecer não tem 150, mas 600 páginas. O texto aparece na forma de diálogo. O editor não se molesta em reprimir os executados. Assim, vemos que o informe “textual” revela o desejo da GPU de respeitar a opinião pública. É certo que o julgamento de Piatakov-Radek mostrou maior quantidade de lacunas, contradições e inexatidões do que o de Zinoviev-Kamenev. Entretanto, é difícil desaprová-lo aos organizadores: já a filosofia antiga nos ensinou que nada pode sair do nada. A essência da acusação, carente de fundamentos reais, pertence ao reino da alquimia jurídica. Inevitavelmente, as leis da matéria vencerão a fantasia especulativa. Tenho revelado sinteticamente a incoerência fundamental, as contradições materiais, parciais e os simples disparates do julgamento de janeiro, em minhas declarações à imprensa e no discurso que transmiti no ato realizado no Hipódromo de Nova York (2). Meu último livro, *Os Crimes de Stálin*, os analisa detalhadamente. Porém, se os alquimistas da GPU não puderam, tampouco nessa ocasião, alterar as leis da matéria,

## Leon Trotsky – 16 de março de 1937

ao menos trataram de utilizar sua experiência dos desastres anteriores para que o novo produto mostre a maior semelhança externa com o ouro.

O julgamento por suas dimensões, o informe do processo Piatakov-Radek, foi dirigido aos especialistas. Agora, a GPU está tratando de organizar uma “avaliação jurídica” internacional por meio de seus agentes políticos e literários de vários países: o que procura é que conhecidos advogados certifiquem que as vítimas da Inquisição foram fuziladas de acordo com as regras fixadas pelos próprios inquisidores.

No fundo, o certificado de que se tem respeitado formalmente as regras externas e os ritos da jurisprudência possui um valor perto de zero. A essência do problema radica na preparação e na condução do processo. Mas ainda que deixemos momentaneamente de lado os problemas decisivos que se encontram fora da sala do tribunal, a única conclusão possível é que os processos de Moscou são uma burla pura e simples da justiça. No vigésimo ano da revolução, toda a investigação se leva a cabo no mais rigoroso segredo. A velha geração bolchevique comparece na sua totalidade diante de um tribunal militar integrado por três funcionários impessoais. O processo é dirigido por um procurador que sempre tem sido e é um adversário político dos acusados. Estes renunciam à defesa, o procedimento carece do menor vestígio de independência. Não se apresentam provas materiais diante da corte. Não se interrogam as testemunhas de defesa e nem acusação. Por razões desconhecidas, estão ausentes toda uma série de acusados que fazem parte da indagação judicial.

Dois dos principais acusados (e condenados, mas nunca processados!) se encontram no estrangeiro; não se lhes notifica do julgamento. Apesar da extrema gravidade das acusações, o governo nem sequer procura tramitar sua extradição. Publica-se a acusação e o anúncio do processo quatro dias antes da abertura das sessões. Dessa maneira, o acusado principal e as testemunhas que vivem foram da Rússia lhes nega a possibilidade de apresentar testemunhas, preparar as provas materiais e, em geral, de tomar medidas que considerem necessárias

para esclarecer a verdade.

O diálogo judicial é um jogo de perguntas e respostas. O promotor não formula uma só pergunta concreta que pudesse causar dificuldades ao acusado, ou que servisse para revelar as incoerências materiais do testemunho. O magistrado que preside o tribunal apoia respeitosamente o trabalho do promotor. É precisamente no informe “textual” onde se revelam os silêncios malévolos do promotor e de todo o tribunal, e sua conseguinte participação na fraude, não só antes, mas também durante o julgamento, quando a cortina do teatro já foi levantada. Resta dizer que o informe em si não inspira a menor confiança. Uma avaliação honesta deveria partir do exame da versão original. A comparação da versão publicada com aquela revelaria uma enorme quantidade de omissões e correções perpetradas pelos organizadores do processo.

Entretanto, essas considerações, apesar de sua importância, possuem um caráter secundário e terciário, já que fazem na forma da fraude e não na sua essência. É de imaginar que, em teoria, se Stálin, Vishinski e Lejov, em um período de cinco ou dez anos, continuam tendo a possibilidade de montar seus julgamentos com impunidade, aperfeiçoar sua técnica a tal ponto que os elementos de jurisprudência coincidirão entre si e com as leis existentes. Mas a perfeição jurídico-técnica não os aproximará da verdade nem um milímetro.

O importante é que a avaliação “puramente jurídica” não procura estabelecer a verdade; caso contrário, haveria de reconhecer e dizer que em um julgamento político tão excepcionalmente importante, o jurista não pode isolar as condições políticas que deram origem ao processo e sob as quais se realizou a indagação judicial: mais concretamente, não pode deixar de ter em conta a opressão totalitária que, em última instância, determina a atuação de todos os participantes no julgamento: acusados, testemunhas, juízes, defensores e o próprio promotor.

Aqui chegamos ao centro da questão. Sob um regime incontrolável e despótico que concentra em suas mãos todos os meios de coerção econômica, política e física, um processo judicial deixa de ser um processo judicial. É uma farsa judicial, onde os papéis estão prescritos de antemão. Os acusados aparecem em cena depois de uma série de ensaios que seguram a priori ao diretor que os comediantes cumprirão estritamente seus papéis. Nesse sentido e em todos os demais, os processos judiciais são a cristalização do regime político geral da URSS.

Em todas as intervenções, os oradores dizem exatamente o mesmo: colocam-se no mesmo tom do orador principal, sem a menor consideração pelo que eles mesmos disseram no dia anterior. Todos os artigos jornalísticos explicam a mesma diretriz, empregando os mesmos termos. Ao compasso da batuta do diretor, os historiadores, os economistas, e inclusive os estadistas, reconstróem o passado e o presente com absoluto desprezo pelos fatos, pelos documentos e pelas edições anteriores de seus próprios livros. Dos quartéis às escolas infantis, exaltam Vishinski e maldizem os acusados, todos empregando as mesmas palavras. Ninguém atua pela própria vontade: todos a violam.

O caráter monolítico do processo judicial, em que cada acusado trata de superar os demais ao repetir as fórmulas do promotor, não constitui uma exceção à regra, mas a expressão mais repugnante do regime inquisitorial totalitário. O que se passa diante de nossos olhos não é um tribunal, mas um teatro em que os atores realizam seus papéis sob o cano de uma pistola. A atuação pode ser boa ou má. Mas isso tem a ver com a técnica da inquisição, não com a justiça. Um

bilhete falso pode estar tão mal feito que a inspeção mais superficial o descobre. Os bons falsificadores fazem produtos de boa qualidade. Mas para que serve o “esperto” que se limita a examinar a forma externa, a estampa do bilhete, sem ter em conta seu peso específico e outras propriedades? A avaliação “puramente jurídica” do processo de Moscou se reduz no fundo a investigar se a fraude esteve bem ou mal feita. Formulada dessa maneira, a questão já aparece como uma forma de ajudar os falsificadores.

Para clarear o problema com maior vigor, na medida em que seja necessário clarificá-lo, tomemos um exemplo do domínio do direito constitucional. Depois de tomar o poder, Hitler declarou, contrariamente a todas as expectativas, que não tinha a menor intenção de modificar as leis fundamentais do estado. Evidentemente, a maioria das pessoas esqueceu que na Alemanha continua vigente a constituição de Weimar: Hitler preencheu essa casca jurídica de um conteúdo totalitário. Imaginemos um especialista que ajusta seus óculos a fim de estudar, sobre a base dos documentos oficiais, a estrutura do estado alemão “do ponto de vista puramente jurídico”. Depois de algumas horas de esforço intelectual, descobrirá que a Alemanha hitleriana é uma claríssima república democrática, (sufrágio universal, um parlamento que o outorga plenos poderes ao Fuehrer autoridades judiciais independentes, etc). Entretanto, qualquer homem prudente exclamará que uma “avaliação” jurídica desse tipo é, no melhor dos casos, uma manifestação de “cretinismo jurídico”.

A democracia se baseia na luta irrestrita das classes, partidos, programas e ideias. Se se afoga essa luta, fica só uma casca vazia, que serve para mascarar uma ditadura fascista. A jurisprudência contemporânea se baseia no conflito entre a acusação e a defesa, levada sob certas formas jurídicas. Quando intervêm forças extrajurídicas para afogar a competência entre as partes, as formas jurídicas, quaisquer que sejam, servem para mascarar a Inquisição. A pessoa que procura determinar o caráter da justiça de Stálin isolando-a da situação política que dá origem aos processos, inigualáveis em toda a história, atua como advogado defensor de Vishinski. Não resta dúvida de que Vishinski necessita de advogados. Porém, semelhantes serventes da justiça “pura” só podem ocultar, nunca revelar a verdade material. Uma autêntica investigação dos processos de Moscou não pode deixar de abarcar todos esses aspectos. É claro que utilizarão os informes “textuais”. Mas não como elemento isolado, mas como parte integrante de um grandioso drama histórico, cujos fatores determinantes pertencem à astúcia do drama judicial.

.....

- (1) *Uma fraude da Justiça. A verdade (sobre os processos de Moscou)*, abril de 1937, onde apareceu sob o título de *Uma “avaliação” puramente jurídica dos processos de Moscou*.
- (2) No dia 9 de fevereiro de 1937, 6000 pessoas se reuniram no Hipódromo de Nova York para realizar um ato de protesto contra os processos de Moscou e ouvir um discurso de Trotsky, que seria transmitido ao vivo do México. A transmissão não pôde realizar-se por razões técnicas e se leu uma cópia do texto. Aprovou-se uma resolução de apoio ao chamado à formação de uma comissão investigadora. O discurso foi publicado com o título de “Aposto minha vida! (Pioneer Publishers, 1937), e atualmente está incluído na antologia de León Trotsky Speaks (Pthfinder Press, 1972).

.....

Extraído da obra Escritos, León Trotsky, tomo VIII 1936-37, vol.2, editorial pluma.